



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90009/2026

PROAD TRT Nº 837/2026

TIPO:	MENOR PREÇO
OBJETO:	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, sem fornecimento de mão de obra exclusiva, dos sistemas de geração fotovoltaica das unidades do Tribunal Regional do Trabalho da 13^a Região.

RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ATÉ:	18/06/2026 às 09:00 horas
ABERTURA DAS PROPOSTAS:	18/06/2026 às 09:00 horas
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:	18/06/2026 às 09:00 horas
REFERÊNCIA DE TEMPO:	Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a Sessão Pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília/DF e, dessa forma, serão registrados no sistema eletrônico.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO

O Tribunal Regional do Trabalho da 13^a Região, através do Pregoeiro designado pela Portaria TRT13 DG nº 013/2024, de 17 de janeiro de 2024, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto processo licitatório, na modalidade **PREGÃO de nº 90009/2026 (PROAD TRT nº 837/2026), ELETRÔNICO**, tipo **MENOR PREÇO**, regido pela Lei 14.133, de 01 de abril de 2021, Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, bem como a Lei Complementar nº 123/2006 e alterações, Decreto nº 8.538/2015 e ainda pelas condições e exigências estabelecidas neste Edital.

O recebimento e a abertura das propostas, e o início da sessão de disputa de preços se dará da seguinte forma:

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ATÉ:	18/06/2026 às 09:00 horas
ABERTURA DAS PROPOSTAS:	18/06/2026 às 09:00 horas
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:	18/06/2026 às 09:00 horas

Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a Sessão Pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília/DF e, dessa forma, serão registrados no sistema eletrônico.

1 – DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, sem fornecimento de mão de obra exclusiva, dos sistemas de geração fotovoltaica das unidades do Tribunal Regional do Trabalho da 13^a Região, conforme especificações técnicas, quantidades e demais condições constantes do Anexo I (Termo de Referência) do Edital.

2 – DOS ANEXOS

2.1. - Integram este Edital:

- a) **Anexo I** – Termo de Referência;
- b) **Anexo II** - “Modelo de declaração referente à capacitação técnico-profissional”;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO

- c) **Anexo III** - “Modelo de termo de vistoria / declaração de conhecimento das condições locais do objeto da licitação”;
- d) **Anexo IV** - “Modelo da declaração em conformidade com a Resolução CNJ nº 229/2016 de 22/06/2016”;
- e) **Anexo V** – “Modelo de declaração em conformidade com o Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho (Instituído pela Resolução CSJT nº 310/2021)”;
- f) **Anexo VI** - “Modelo de declaração em conformidade com o disposto no art. 93 da lei nº 8.213/1991 c/c recomendação CSJT nº 24, de 21 março de 2022”;
- g) **Anexo VII** – “Modelo de proposta comercial”;
- h) **Anexo VIII** – “Minuta do Contrato”.

3 - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 3.1. O Pregão Eletrônico será realizado em Sessão Pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança (criptografia e autenticação) em todas as suas fases;
- 3.2. Os trabalhos serão conduzidos pelo Pregoeiro do Tribunal Regional do Trabalho da 13^a Região, mediante a inserção e monitoramento dos dados gerados ou transferidos para o sistema **Comprasnet (Compras.gov.br)**, constante da página eletrônica <https://www.gov.br/compras/pt-br>;
- 3.3. Qualquer pessoa poderá impugnar o edital da licitação por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, exclusivamente por e-mail (nl@trt13.jus.br), até o terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública;
- 3.4. O licitante deverá observar, rigorosamente, os prazos limites (data e horário) para o recebimento de propostas, bem como de abertura e início da sessão de disputa de preços, informados neste Edital.

4 - DA PARTICIPAÇÃO

- 4.1. Poderão participar da presente licitação exclusivamente as microempresas e empresas de pequeno porte, conforme determina o art. 6º do Decreto 8.538, de 06/10/15;
- 4.2. As microempresas e as empresas de pequeno porte, no ato de envio de suas propostas devem declarar, em campo próprio do sistema, que atendem aos



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO

requisitos do art. 3º da Lei Complementar 123, de 14/12/06, c/c o § 2º do art. 13 do Decreto 8.538, de 06/10/15, para fazerem jus ao tratamento favorecido, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do artigo 4º, da Lei nº 14.133/2021.

4.3. Além das vedações estabelecidas pelo art. 9º, §1º, e art. 14 da Lei nº 14.133/2021, não poderão participar desta licitação:

4.3.1. aqueles que estiverem em processo de falência, ou ainda empresas estrangeiras que não funcionem no país;

4.3.2. aqueles que estiverem em regime de subcontratação;

4.3.3. aqueles que por qualquer motivo tenham sido declarados inidôneos por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal;

4.3.4. aqueles que foram penalizados com a suspensão do direito de licitar com a Administração;

4.3.5. aqueles que foram penalizados com o impedimento de licitar e contratar com a União;

4.3.6. aqueles que estejam proibidos de contratar com a Administração Pública, em razão de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do artigo 72, § 8º, inciso V, da Lei nº 9.605, de 1998;

4.3.7. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/1976, concorrendo entre si;

4.3.8. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

4.3.9. aqueles que estiverem reunidos sob a forma de cooperativa;

4.3.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

4.3.11. que tenham em seu quadro societário, cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive dos magistrados ocupantes do cargo de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, na forma da Resolução CNJ nº 229/2016 de 22/06/2016.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO**

4.4. Como requisito para a participação no pregão, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que tem conhecimento das exigências previstas no Edital e declarar que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, bem como identificar o tipo de segmento da empresa no momento do cadastramento da proposta.

4.5. O pregoeiro realizará a Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União, que abrange o cadastro do CNJ, do CEIS, do próprio TCU e o CNEP, a fim de evitar a contratação de empresas que tenham sofrido penalidades que obstem a celebração da contratação pretendida.

5 - DO CREDENCIAMENTO

5.1. O credenciamento deverá ser feito junto à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério da Economia, observando-se os prazos estabelecidos por aquela para a obtenção da chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis) para acesso ao sistema Comprasnet (Compras.gov.br) (www.gov.br/compras/pt-br);

5.2. Para acesso ao sistema, as pessoas físicas ou jurídicas deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), sendo os instrumentos necessários para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no sistema eletrônico;

5.3. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao TRT-13^a Região ou à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério da Economia a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

5.4. O credenciamento da licitante/prestadora de serviço e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica na responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

6 - DA RESPONSABILIDADE DOS PARTICIPANTES

6.1. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiros suas propostas e lances;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO

6.2. Caberá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7 - DO PROCEDIMENTO DO PREGÃO ELETRÔNICO

7.1. Até a data e hora previstas no sistema e informado no Edital para a abertura da sessão pública, os licitantes deverão encaminhar, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, exclusivamente por meio do sistema, sua proposta comercial.

7.2. No dia e hora previstos no sistema e informado no Edital, terá início a sessão pública deste Pregão Eletrônico;

7.2.1. O modo de disputa utilizado será o “**MODO DE DISPUTA ABERTO**”, nos termos do art. 22, I, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022.

7.3. Aberta a etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado, o participante será, imediatamente, informado de seu recebimento, respectivo horário de registro e valor;

7.3.1. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos e inferiores aos últimos por eles ofertados e registrados pelo sistema, **observado o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances de R\$ 10,00 (dez reais)**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta, conforme disposto no art. 22, §1º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022.

7.4. A etapa de lances terá o tempo inicial de **10 (dez) minutos**, e após o encerramento do tempo inicialmente estabelecido, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração desta etapa.

7.4.1. A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata este item, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários;

7.4.2. Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida neste item, a etapa será encerrada automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme disposto no §2º do art. 22 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO

7.4.3. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações;

7.4.4. Após o reinício previsto no item 7.4.3., os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários;

7.4.5. Encerrada a etapa de que trata o item 7.4.4, o sistema ordenará e divulgará os lances conforme disposto no § 2º do art. 22 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022.

7.5. O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro;

7.6. Observado o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, serão aceitos lances intermediários, que são lances iguais ou superiores ao menor já ofertado, porém inferiores ao último lance dado pelo próprio licitante;

7.7. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável, nos termos dos arts. 33 e 34 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022;

7.8. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.8.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.8.2. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

7.8.3. declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

7.9 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.9.1. empresas brasileiras;

7.9.2. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.9.3. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO

7.10. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.11. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e, observado o disposto nos arts. 33 e 34 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, à compatibilidade do preço final em relação ao estimado para a contratação, conforme definido no edital;

7.11.1. Deverão ser enviadas no sistema eletrônico, **no prazo de 3 (três) horas** contadas da solicitação do Pregoeiro no sistema, prorrogável por igual período, a Proposta Comercial adequada ao último lance e, se necessário, documentos complementares.

7.12. Todos os atos, valores e documentos encaminhados estarão devidamente registrados no sistema eletrônico;

7.13. Na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.13.1. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes;

7.13.2. Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação estabelecida no § 2º do art. 22 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, ou, em caso de propostas intermediárias empatadas, serão utilizados os critérios de desempate definidos no art. 28 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022;

7.13.3. Concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado na ata da sessão pública, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação;

7.13.4. Observado o prazo de que trata o item 7.11.1, o pregoeiro deverá solicitar, no sistema, o envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado após a negociação.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO

7.14. É facultado ao Pregoeiro, no julgamento das propostas e na análise dos documentos de habilitação, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e/ou dos documentos de habilitação e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá eficácia para fins de classificação e/ou de habilitação, observado o disposto no art. 55 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

7.14.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata este item, **a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência**, e a ocorrência será registrada em ata.

7.15. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital;

7.16. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

8 - DA PROPOSTA DE PREÇOS

8.1. A proposta de preços deverá ser ofertada no sistema eletrônico para cada item, em seu **Valor Unitário**, sendo obrigatório o preenchimento dos campos disponibilizados.

8.2. A Proposta a que se refere o subitem **8.1.**, deverá ser:

8.2.1. Em papel timbrado ou personalizado da empresa;

8.2.2. Datilografada ou impressa através de edição eletrônica de textos;

8.2.3. Estar datada e assinada por pessoa **juridicamente habilitada** para tal mister;

8.2.4. Conter as seguintes informações:

a) Razão Social;



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO**

b) Número do CNPJ/MF;

c) Endereço e Telefone;

d) Nome do Banco, Número da Agência e Número da Conta-Corrente;

e) **Preço Unitário** de cada item, em moeda corrente nacional, devendo estes refletirem os de mercado no momento e compreender todos os insumos tais como: impostos, taxas, frete, encargos trabalhistas e previdenciários, fiscais, comerciais, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outros que incidam e venham a incidir na execução do contrato, que serão de responsabilidade da contratada.

e.1) Em conformidade com o estabelecido no **Termo de Referência – Anexo I do Edital**, a contratação deverá atender, no que couber, as orientações do Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho, instituído pelo Ato CSJT.GP.SG.SEGGEST N.º 71, de 10 de setembro de 2025, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, conforme o constante no item 10.2.8 do Termo de Referência.

f) As propostas deverão conter a seguinte informação, **cuja omissão e/ou contrariedade implica a aceitação do prazo** indicado abaixo:

f.1) Prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias corridos**, a contar da data da apresentação.

g) Declaração de que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme disposto no art. 63, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, devendo ser assinalada em campo próprio no sistema;

h) Declaração de conformidade da proposta com as exigências do edital de licitação e que cumpre plenamente todos os requisitos de habilitação, conforme disposto no Art. 18, §2º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, devendo ser assinalada em campo próprio no sistema.

8.3. A licitante que não encaminhar a proposta comercial, bem como a documentação de habilitação (disposta no **item 11**), nas condições estabelecidas neste Edital, **será considerada desclassificada e estará sujeita às penalidades da lei.**



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO**

8.3.1. Para este caso, considerar-se-á o item **7.13**.

8.4. É facultado ao **Pregoeiro**:

8.4.1. solicitar catálogos/*folders* dos serviços/produtos ofertados pela empresa detentora do menor preço;

a) quando solicitados, os catálogos/*folders* deverão apresentar os detalhamentos técnicos dos serviços/produtos objeto deste Certame Licitatório, bem como conter todos os componentes da especificação técnica exigida;

b) Os catálogos/*folders* porventura apresentados deverão ser retiradas pelos interessados até 30 (trinta) dias após a conclusão do presente processo licitatório. Decorrido esse prazo, não mais poderão ser reclamadas, reservando-se o TRT o direito de utilizá-los, doá-los ou simplesmente descartá-los.

9 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

9.1 - Esta licitação é do tipo menor preço, em estrita observância ao disposto no art. 33, I, da Lei nº 14.133/2021;

9.2 – Será verificada a conformidade das propostas, sendo desclassificadas aquelas que não atendam as exigências e condições deste edital;

9.3. – Não serão aceitas, e conseqüentemente consideradas desclassificadas:

9.3.1. - Propostas que contiverem vícios insanáveis;

9.3.2. - Propostas que não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

9.3.3. - Propostas que apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

9.3.4. - Propostas que não tiverem a exequibilidade demonstrada, quando exigida pela Administração;

9.3.5. - Propostas que apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências deste edital, desde que insanável;

9.3.6. - Propostas de empresas que constarem no Cadastro do CNJ (CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO

Administrativa e Inelegibilidade), no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP ou no cadastro do TCU (Inidôneos - Licitantes Inidôneos).

10- DA ACEITAÇÃO TÁCITA

10.1 – A apresentação da Proposta implicará na plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos;

10.2 – Observado o disposto no art. 18, §4º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, uma vez apresentada a Proposta, não serão admitidos desistência da mesma.

10.3 – Será considerada mais vantajosa para a Administração e, consequentemente, classificada em primeiro lugar, a proposta que, satisfazendo a todas as exigências e condições deste edital, apresente o **menor preço do item**;

10.3.1 - Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, o objeto será adjudicado ao autor da proposta mais vantajosa para este Tribunal ou lance de menor preço.

11 - DA HABILITAÇÃO

11.1 – Será exigida a seguinte documentação para a habilitação da empresa licitante, sob pena de inabilitação:

11.1.1. Habilitação jurídica:

11.1.1.1. no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

11.1.1.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

11.1.1.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO**

11.1.1.4. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

11.1.1.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

11.1.1.6. decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

11.1.1.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

11.1.2. Regularidade fiscal, social e trabalhista:

11.1.2.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;

11.1.2.2. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

11.1.2.3. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

11.1.2.4. prova de regularidade com a Fazenda Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

11.1.2.5. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

11.1.2.6. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO

11.1.2.7. caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

11.1.3. Qualificação Econômico-Financeira (a exigência somente se aplica ao Item 01 – LOTE CAPITAL):

11.1.3.1. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor emitida, no máximo, 12 (doze) meses antes da data determinada para entrega da documentação;

11.1.3.2. balanço patrimonial e demonstração de resultado de exercício dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

11.3.2.1. Os documentos supracitados deverão ser assinados por profissional habilitado da área contábil e autenticados/registrados na forma da legislação.

11.3.2.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

11.3.2.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

11.1.3.3.1. As empresas, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão possuir patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação do item 01.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO

11.1.4. Qualificação Técnica:

a) Prova de registro ou inscrição da empresa licitante no Conselho de Classe;

b) Declaração, em papel timbrado, firmada pelo representante legal da empresa, de que a empresa, quando da assinatura do Contrato, possuirá em seu quadro técnico, pelo menos 01 (um) profissional graduado em Engenharia Elétrica ou outro profissional de formação equivalente de nível superior, cuja formação seja aceita pelo Sistema CREA/CONFEA ou qualquer outro Conselho de Classe, ou ainda Eletrotécnico ou outro profissional de formação equivalente cuja formação seja aceita pelo Conselho Federal de Técnicos Industriais (CFT), que comprove ter desempenhado serviço de características similares ou superiores à do objeto deste Certame Licitatório:

b.1. Comprovará a capacitação do profissional (graduado em Engenharia Elétrica ou outro profissional de formação equivalente de nível superior, cuja formação seja aceita pelo Sistema CREA/CONFEA ou qualquer outro Conselho de Classe, ou ainda Eletrotécnico ou outro profissional de formação equivalente cuja formação seja aceita pelo CFT, diploma emitido por Instituição de Ensino Médio/Superior, Pública ou Privada, reconhecida pelo MEC, podendo esta documentação ser substituída por documento de identificação Profissional reconhecido pelo CREA, CFT, ou qualquer outro Conselho de Classe), por meio do diploma emitido por Instituição de Ensino Médio/Superior, Pública ou Privada, reconhecida pelo MEC, podendo esta documentação ser substituída por documento de identificação Profissional reconhecido pelo CREA, CFT, ou qualquer outro Conselho de Classe, que comprove o exercício regular da Profissão;

b.2. A Comprovação de vínculo do Profissional com a empresa, se dará através dos seguintes documentos:

b.2.a. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), expedida pelo Ministério do Trabalho, contendo as folhas que demonstrem o nº de registro, ou Qualificação civil, contrato de trabalho e última alteração de salário, ou Ficha de Registro de Empregado, ou livro de empregado, ou Contrato de prestação de serviço sem vínculo trabalhista, regido pela legislação civil comum (conforme previsto no acórdão 80/2010 – Plenário do TCU), ou Cópia do Contrato Social ou sua alteração, para o caso de sócio;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO

b.2.b. Certidão de Registro e Quitação – Pessoa Física do CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, CFT ou qualquer outro Conselho de Classe, emitida em nome do Profissional descrito(s) neste item;

b.3) A Comprovação do desempenho de serviço de características similares ou superiores à do objeto deste Certame Licitatório, por parte do(s) Profissional(is) se dará através dos seguintes documentos:

b.3.1. Certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT) emitida pelo CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, CFT ou qualquer outro Conselho de Classe, em nome do Profissional descrito no subitem “b”, constando execução de serviço de características similares ou superiores às do objeto deste Certame Licitatório;

b.3.1.a. A(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT) descrita(s) nesse item, poderá(ão) ser substituída por Declaração(ões), Certidão(ões) ou Atestado(s) emitidos por Pessoas Jurídicas de Direito Público ou Privado, desde que esta(s) esteja(am) vinculada(s) a uma CAT, e devidamente registrada(s) e chancelada(s) pelo CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, CFT ou qualquer outro Conselho de Classe;

b.4) Será considerado para este item serviço de características similares, aquele que englobe, no mínimo, a execução, aplicação e/ou instalação (para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresas privadas) do item a seguir:

i. Manutenção ou Instalação de sistemas fotovoltaicos, somando ao menos 50kWp (duzentos quilowatts-pico) de potência mínima.

c) Atestado de capacidade Técnico – Operacional: Comprovação por parte da empresa licitante de ter executado serviço de características similares ou superiores à do objeto deste Certame Licitatório. Esta comprovação se dará obrigatoriamente através dos documentos abaixo descritos:

c.1. Declaração(ões), Certidão(ões) ou Atestado(s) emitido por pessoas jurídicas de Direito Público ou Privado, referente a serviço realizado em qualquer época ou local pela empresa licitante, comprovando a execução de serviço de características similares e sem irregularidades;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO

c.1.a. Os documentos exigidos no item c.1., para serem aceitos, deverão conter as seguintes informações:

I) que seja firmado pelo representante legal do contratante;

II) sua data de emissão;

III) mencionar o documento de responsabilidade técnica expedido pelo CREA - Conselho Regional de Engenharia, CFT ou qualquer outro Conselho de Classe, em razão das obras ou serviços executados (ART/RRT/CAT/TRT).

c.2. Será considerado serviço de características similares, aquele que englobe (em edifício administrativo, comercial ou industrial, público ou privado), pelo menos, a execução, aplicação e/ou instalação do item a seguir:

i. Manutenção ou Instalação de sistemas fotovoltaicos, somando **ao menos 200kWp** (duzentos quilowatts-pico) de potência mínima.

c.3. Será admitida a apresentação de mais de um atestado que, em conjunto, comprovem a execução de serviços pela empresa, contemplando todas as características qualitativas exigidas acima, mesmo que em serviços distintos.

c.4. As licitantes deverão disponibilizar, quando solicitadas, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados de capacidade técnica apresentados, por meio de cópia do instrumento que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, dentre outros documentos.

11.1.5. Da Vistoria ou Declaração de Conhecimento das Condições do Objeto desta Licitação:

11.1.5.1. O representante legal da empresa deverá vistoriar previamente todas as instalações físicas e locais objeto desta Licitação, para o conhecimento do objeto licitado, sendo o pré-requisito necessário para a emissão do **Termo de Vistoria**;

11.1.5.2. O Termo de Vistoria será fornecido em papel timbrado do próprio TRT, pelo servidor designado em cada local;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO

11.1.5.3. A vistoria será realizada até 24h anteriores à data da realização da licitação, no horário das 08:00 às 14:00, de segunda à sexta-feira, em dias úteis, e deverá ser agendada/marcada com a Coordenadoria de Arquitetura, Engenharia, Manutenção, Conservação e Limpeza (CAEMA) do TRT da 13^a REGIÃO através do telefone (83) 3533 - 6141.

Locais da Vistoria/Endereços			
Item	Unidade	Endereço	Descrição do Sistema
01 (Lote Capital)	Edifício-Sede – Fórum Clóvis dos Santos Lima	Rua Corálio Soares, s/nº, João Pessoa- PB, CEP: 58013-260 - Tel. (83) 3533-6000	107 Painéis 550W; 86 Painéis 600W; 2 Inversores 15kW; 2 Inversores 20kW; 1 Inversor 25kW.
	Fórum Maximiano Figueiredo	Rua Aviador Mário Vieira de Melo, 1.440, João Agripino, João Pessoa-PB, CEP: 58.034-045 Tel. (83) 3533-6300	196 Painéis 550W; 3 Inversores 36kW.
	Fórum José Carlos Arcoverde Nóbrega	Av. Virgínio V Borges, s/nº Alto da Cosibra - Santa Rita-PB, CEP: 58.300-270 Tel. (83) 3533-6260	286 Painéis 375W; 96 Painéis 600W; 1 Inversor 15kW; 3 Inversores 20kW; 3 Inversores 25kW.
	Coordenadoria de Material e Patrimônio	Av. Marechal Deodoro da Fonseca, 150, Centro, João Pessoa-PB, CEP: 58040-908 - Tel. (83) 3533-6188	55 Painéis 550W; 54 Painéis 600W; 2 Inversores 25kW.
	Coordenação de Gestão Documental e Memória	R. Monsenhor Walfredo Leal, 62, Tambiá - João Pessoa-PB, CEP: 58020-540 Tel. (83) 3533-6183	166 Painéis 360Wp; 1 Inversor 15kW; 1 Inversor 50kW.
	CIJUS – Centro integrado da justiça social	Av. D. Pedro I, 247, Centro, João Pessoa-PB, CEP: 58020-514 - Tel. (83) 3533-6193	67 Painéis 600W; 2 Inversores 15kW.
02 (Lote Interior)	Fórum Irineu Joffily	Rua Edgard Vilarim Meira, 585, Estação Velha – Campina Grande-PB, CEP: 58.105-213 Tel. (83) 3533-6200	101 Painéis 550Wp; 1 Inversor 30kW; 1 Inversor 15kW.
	Vara do Trabalho de	Praça Bivar Olintho, s/nº,	72 Painéis 360Wp;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO

Patos	Bairro Brasília, Patos-PB, CEP: 58700-590 - Tel. (83) 3533-6274	2 Inversores 15kW.
Vara do Trabalho de Sousa	R. José Facundo de Lira, 30, Gato Preto, Sousa-PB, CEP: 58802-180 - Tel. (83) 3533- 6280	68 Painéis 360Wp; 1 Inversor 25kW.
Vara do Trabalho de Catolé do Rocha	R. Dep. Américo Maia, lotes 08 e 09, Catolé do Rocha-PB, CEP: 58884-000 - Tel. (83) 3533-6250	90 Painéis 570Wp; 2 Inversores 25kW.
Vara do Trabalho de Itaporanga	R. Dep. Balduino Carvalho, 71, Centro – Itaporanga-PB, CEP: 58780-000 - Tel. (83) 3533-6290	87 Painéis 570Wp; 2 Inversores 25kW

11.1.5.4. O Termo de Vistoria poderá ser substituído por Declaração de Conhecimento da Condição do objeto desta Licitação, firmada pelo representante legal da empresa, em papel timbrado da empresa licitante, em que o mesmo declara que para os fins que se façam necessários, está ciente da condição do objeto desta Licitação, abdicando assim a empresa a qual representa, do direito de alegar desconhecimento acerca de qualquer dificuldade que porventura venha a surgir no transcorrer da execução dos serviços objeto do presente certame.

11.1.5.5. Após a emissão do Termo de Vistoria (item **11.1.5.1.**) ou uma vez apresentada a Declaração de Conhecimento do objeto desta Licitação (item **11.1.5.4.**), não serão aceitas alegações futuras quanto ao desconhecimento de fatos, quantidades, especificações, levantamentos, medições ou quaisquer outros fatores inerentes que venham compor a proposta de preços a ser apresentada.

11.1.6. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

a) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

b) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO

11.2. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, nos termos do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022.

11.3. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema eletrônico, **no prazo de 3 (três) horas** contadas da solicitação do Pregoeiro no sistema, prorrogável por igual período.

11.4. Nos termos dos artigos 42 e 43 da Lei Complementar 123, de 14/12/06, regulamentados pelo art. 4º do Decreto 8.538, de 06/10/15, em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

11.4.1. O prazo para regularização fiscal e trabalhista será contado a partir da divulgação do resultado da fase de habilitação.

11.4.2. A prorrogação do prazo previsto poderá ser concedida, a critério da administração pública, quando requerida pela licitante, mediante apresentação de justificativa.

11.4.3. A não regularização da documentação no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, e facultará ao Pregoeiro convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

11.5 – A documentação exigida no item **11.1**, bem como a que será apresentada conforme estabelecido no subitem **14** deverá obrigatoriamente, sob pena de desclassificação:

11.5.1.- Estar em nome do licitante, com o número do CNPJ e, preferencialmente, com endereço respectivo, devendo ser observado o seguinte:

a) se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da matriz;

b) se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da filial, exceto quanto à(ao):

b.1) Certidão Negativa ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa relativa a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO

b.2) Certificado de Regularidade do FGTS, quando o licitante tenha o recolhimento dos encargos centralizado, devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório de autorização para a centralização;

b.3) Documentos que, pela própria natureza, são emitidos em nome da matriz.

11.5.2. - Estar no período de validade estabelecido pelo órgão expedidor, na data da execução do Certame Licitatório;

11.6 - O Pregoeiro poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e/ou documentação devendo os licitantes atenderem às solicitações no prazo estipulado, contado da convocação.

12 – DA IMPUGNAÇÃO E DOS RECURSOS

12.1 – Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da Sessão Pública, qualquer pessoa poderá impugnar o edital da licitação por irregularidade ou solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o pedido exclusivamente por e-mail (nl@trt13.jus.br);

12.1.1 – O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração dos artefatos da contratação.

12.2 - Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

12.3 - O envio da proposta sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente edital, implicará na plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.

12.4 - A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.5 - Qualquer licitante poderá, durante o prazo de **30 (trinta) minutos**, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO**

12.6 - O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

12.7 - Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

12.8 - O encaminhamento das razões de recurso, bem assim das contrarrazões, deverá ser efetuado somente em campo próprio do sistema.

12.9 - Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.10 - Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.11 - O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.12 - O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

13 – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1 - Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à Secretaria de Conformidade da Despesa - SCD para adjudicar o objeto e homologar o procedimento.

13.2 - A homologação será feita pela Secretaria de Conformidade da Despesa - SCD deste Tribunal, após recebimento do processo concluído pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio.

14 – DA NOTA DE EMPENHO E DA ASSINATURA DO CONTRATO

14.1 - Homologado o julgamento e emitida a Nota de Empenho, o licitante vencedor será convocado formalmente:

14.1.1. para, caso necessário, atualizar as certidões de Regularidade Fiscal e Trabalhista, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

a) Certidão Negativa ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa, relativa a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO

b) Certidão Negativa ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débito Estadual e/ou Municipal da sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

c) Certificado de regularidade do FGTS (CRF);

d) Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), relativa a débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, emitida pelo Tribunal superior do Trabalho.

14.1.2. – para comprovar a inexistência de registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (CADIN);

14.1.3 – para apresentar declaração, em papel timbrado, firmada pelo representante legal da empresa, de que a empresa não possui em seu quadro societário e que não virá a contratar no decorrer da execução deste Contrato, cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive dos magistrados ocupantes do cargo de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, na forma da Resolução CNJ nº 229/2016 de 22/06/2016, podendo ser utilizado o **modelo constante em ANEXO**.

14.1.4 – para a Comprovação, nos termos estabelecidos pelo Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho (instituído pela Resolução CSJT 310/2021), de:

14.1.4.a.- Não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, nos termos da Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 4 de 11 de maio de 2016;

14.1.4.b.- Não ter sido condenada, a contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta à previsão dos artigos 1º, 3º (inciso IV), 7º (inciso XXXIII) e 170 da Constituição Federal de 1988, dos artigos 149, 203 e 207 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004 (promulga o Protocolo de Palermo); das Convenções da OIT nºs 29 e 105; do Capítulo IV do Título III (Da Proteção do Trabalho do Menor) do Decreto-Lei nº 5.452/1943 (CLT); dos arts. 60 a 69 da Lei nº 8.069/1990 (ECA), que trata do Direito à



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO

Profissionalização e à Proteção no Trabalho; e do Decreto nº 6.481/2008, o qual trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação;

14.1.4.c. - A comprovação prevista neste item poderá ser suprida por uma Declaração firmada pelo representante legal da empresa de que a mesma não possui a inscrição referente ao subitem 14.1.4.a. e que não foi condenada (nem seus dirigentes) por infringir a legislação apontada no subitem 14.1.4.b, podendo ser utilizado o **modelo constante em ANEXO**.

14.1.5. para apresentar declaração, em papel timbrado, firmada pelo representante legal da empresa, para fins do disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991 c/c Recomendação CSJT nº 24, de 21 março de 2022, que a empresa promove o fiel cumprimento das cotas de contratação de pessoas com deficiência, com incentivo à inclusão no mercado de trabalho também das pessoas com Síndrome de Down, nas atividades que lhes sejam compatíveis, como ação afirmativa de empregabilidade, inclusão e cidadania, podendo ser utilizado o **modelo constante em ANEXO**.

14.1.6. Para a comprovação do declarado no item **11.1.4., alínea “b”**;

14.1.7. para o recebimento da referida Nota de Empenho;

14.1.8. para a assinatura do Contrato.

14.2. - O licitante declarado vencedor terá um prazo de até 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério deste Tribunal, para atender à convocação de que trata o item **14.1**, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.3 – Se o licitante vencedor não comprovar o estabelecido **no item 14.1.1**, ou não comprovar a inexistência de registro no CADIN, ou não apresentar a declaração exigida **no item 14.1.3** ou não comprovar o estabelecido **no item 14.1.4.**, ou não apresentar a declaração exigida **no item 14.1.5**, ou não comprovar o declarado **no item 11.1.4., “b”**, ou recusar-se a receber a Nota de Empenho, ou recusar-se a assinar o contrato, injustificadamente, caracterizar-se-á o descumprimento total da obrigação assumida, sendo convocado outro licitante, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO**

15 – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, DA ENTREGA DO OBJETO E DAS OBRIGAÇÕES DO PROPONENTE

15.1. Os serviços serão prestados na forma e prazos previstos no Termo de Referência e Minuta do Contrato.

15.2. A convocação do Proponente pelo CONTRATANTE será formalizada e conterà o prazo de 05 (cinco) dias úteis (prorrogável uma única vez, a critério do TRT CONTRATANTE).

15.3. O Proponente convocado que se recusar a entregar o objeto licitado, ou não cumprir as obrigações estabelecidas no Contrato, injustificadamente, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, estando sujeito às sanções previstas neste Edital e seus Anexos.

15.4. Será de Responsabilidade do Proponente arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, responsabilizando-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, sem qualquer ônus para o TRT13.

15.5. Conforme disposto no art. 140 da lei nº 14.133/2021, os serviços serão recebidos em consonância com o disposto no **Termo de Referência – Anexo I do Edital e na Minuta Contratual (Anexo VIII deste Edital)**.

15.6. Não serão recebidos serviços que não atendam às especificações e condições constantes no Edital, Termo de Referência e seus anexos.

15.7. O objeto deste Certame Licitatório deverá ser entregue em consonância com as especificações descritas na proposta declarada vencedora, no **Termo de Referência - Anexo I do Edital**, e ainda de acordo com o estabelecido no Contrato.

16 – DO PAGAMENTO

16.1 - O pagamento ocorrerá em conformidade com o estabelecido na Minuta do Contrato (**Anexo VIII do Edital**).

16.2. - A despesa total estimada por este TRT para o objeto deste Edital pelo período de 12 (doze) meses é de **R\$ 32.784,31 (trinta e dois mil, setecentos e oitenta e quatro reais e trinta e um centavos)**.

16.3. - Os recursos para fazer face às despesas com a aquisição do objeto da licitação correrão por conta da Dotação Orçamentária deste Regional para o exercício de 2026, no Programa de Trabalho 167983, Elemento de Despesa 339039, como bem se depreende das informações apresentadas pela SOF - Secretaria de Orçamento e Finanças constantes dos docs. 54/56 do Proad TRT nº



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO

837/2026.

17 – DO REAJUSTAMENTO E DO ADITAMENTO/SUPRESSÃO E DA RESCISÃO CONTRATUAL

17.1. O reajustamento ocorrerá em conformidade com o estabelecido na Minuta do Contrato (**Anexo VIII deste Edital**).

17.2. Os quantitativos contratados do objeto deste certame poderão ser aditados/suprimidos, a critério do CONTRATANTE, na forma prevista na legislação vigente.

17.3. O(s) Contrato(s) oriundo(s) da presente licitação poderá(ão) ser rescindido(s) nos termos do art. 137 a 139 da Lei n.º 14.133/2021.

18 - DAS PENALIDADES

18.1 Sem prejuízo das sanções previstas no Termo de Referência e no Contrato, comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

- 18.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 18.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta;
- 18.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 18.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato no prazo estabelecido pela Administração;
- 18.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 18.1.5. fraudar a licitação;
- 18.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 18.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 18.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013;

18.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- 18.2.1. advertência;
- 18.2.2. multa;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO

18.2.3. impedimento de licitar e contratar e

18.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

18.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

18.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

18.3.2. as peculiaridades do caso concreto

18.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

18.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

18.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

18.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da comunicação oficial.

18.4.1. Para as infrações previstas nos itens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3 a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

18.4.2. Para as infrações previstas nos itens 18.1.4, 18.1.5, 18.1.6, 18.1.7 e 18.1.8 a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

18.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

18.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

18.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

18.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 18.1.4, 18.1.5, 18.1.6, 18.1.7 e 18.1.8, bem como pelas infrações administrativas



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO

previstas nos itens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

18.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 18.1.3.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

18.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

18.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

18.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

18.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

18.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

18.15. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO**

desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

19 - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

19.1 - As obrigações do Contratante estão dispostas na Minuta do Contrato (**Anexo VIII deste Edital**).

20 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

20.1 - As obrigações da Contratada estão dispostas na Minuta do Contrato (**Anexo VIII deste Edital**).

20.2 – Além das obrigações dispostas na Minuta do Contrato (**Anexo VIII deste Edital**), a CONTRATADA deverá observar a previsão contida no art. 5º, inc. IV da Lei nº 12.846/2013, a qual dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, conforme previsto no **subitem 8.3.3 do Termo de Referência – Anexo I do Edital**.

21 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1 - Após a declaração do vencedor da licitação, não havendo manifestação dos licitantes quanto à intenção de interposição de recurso, o pregoeiro encaminhará o processo licitatório à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento;

21.1.1. No caso de interposição de recurso(s), após proferida a decisão quanto ao mesmo, a autoridade superior adjudicará o objeto licitado;

21.2 - O adjudicatário obriga-se a aceitar, nas mesmas condições da proposta, os acréscimos ou supressões do valor inicial atualizado do objeto do contrato, nos termos do art. 125 da Lei nº 14.133/2021;

21.3 - A autoridade superior poderá revogar o procedimento licitatório por motivo de conveniência e oportunidade, e deverá anular por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, assegurada a prévia manifestação dos interessados.

21.3.1. O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO

21.3.2. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

21.3.3. Na hipótese da ilegalidade de que trata o *caput* ser constatada durante a execução contratual, aplica-se o disposto no art. 147 da Lei nº 14.133, de 2021.

21.4 - A participação nesta licitação implica na plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos;

21.5 - O pregoeiro, em qualquer momento, poderá promover diligências objetivando esclarecer ou complementar a instrução do processo;

21.6 - Não serão considerados motivos para desclassificação, simples omissões ou erros materiais na proposta ou da documentação, desde que sejam irrelevantes e não prejudiquem o processamento da licitação e o entendimento da proposta, e que não firam os direitos dos demais licitantes;

21.6.1. A verificação pelo pregoeiro em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação, nos termos do art. 39, §6º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022.

21.7 - As normas disciplinadoras desta licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação/fornecimento;

21.8 – Os catálogos/*folders*, porventura apresentados, deverão ser retirados pelos interessados até 30 (trinta) dias após a conclusão do presente processo licitatório. Decorrido esse prazo, não mais poderão ser reclamadas, reservando-se o TRT o direito de utilizá-las, doá-las ou simplesmente descartá-las.

21.9 - Em caso de discrepância entre os anexos e o Edital, prevalecerá a redação deste instrumento convocatório;

21.10 - Em caso de discrepância entre o Edital, seus anexos e os dados incluídos no sistema Comprasnet, prevalecerá a redação do instrumento convocatório.

21.11 – Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, deverá ser observado o disposto no art. 183 da Lei nº 14.133/2021 e o contido no calendário oficial do



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO

TRT13, disponível através do seguinte link: https://www.trt13.jus.br/acesso-a-informacao/arquivos/calendario-2026__.pdf

21.12 - Os autos do respectivo processo administrativo que originou este edital estão com vista franqueada aos interessados na licitação.

21.13 - Em conformidade com o disposto no **ATO TRT GP nº 096/2009**, todas as peças deste protocolo estão digitalizadas e vinculadas à tramitação do protocolo (**PROAD TRT nº 837/2026**), cujo teor encontra-se no site de consulta processual deste Tribunal Regional do Trabalho da 13.^a Região, www.trt13.jus.br (Portal de Serviços).

21.14 - Cópia do edital estará disponível nos sítios eletrônicos <https://www.trt13.jus.br/transparencia/licitacoes-contratos-e-instrumentos-de-cooperacao-1/licitacoes-1> e <https://www.gov.br/compras/pt-br>. Informações adicionais poderão ser prestadas pelo e-mail nl@trt13.jus.br e telefones: (83) 3533-6138 ou (83) 3533-6137, obedecido o horário de funcionamento deste Tribunal: das segundas-feiras às sextas-feiras das 07:00h às 17:00h.

21.15. Fica eleito o foro da Justiça Federal, na cidade de João Pessoa/PB, para dirimir as questões que porventura venham a surgir, por força do presente instrumento e da contratação oriunda desta licitação, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

João Pessoa/PB, 28 de maio de 2026

Ronaldo Vieira de Aragão
Pregoeiro



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA



PROAD nº 837/2026

TERMO DE REFERÊNCIA

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, sem fornecimento de mão de obra exclusiva, dos sistemas de geração fotovoltaica das unidades do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região.

1 – DA DEFINIÇÃO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1 – Definição: O presente Termo de Referência tem por objetivo fornecer elementos necessários e suficientes à realização de procedimento licitatório, visando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, sem fornecimento de mão de obra exclusiva, dos sistemas de geração fotovoltaica das unidades do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, cujas especificações técnicas, quantidades e demais condições encontram-se detalhados nos Estudos Técnicos Preliminares e no presente documento, nos termos exigidos na Lei nº 14.133/2021.

1.2 – Classificação: O objeto a ser contratado enquadra-se na classificação de serviços comuns de engenharia, nos termos do art. 6º, alínea a do inciso XXI da Lei nº. 14.133/2021.

1.2.1 – O objeto desta contratação não se enquadra como sendo “serviço de luxo”, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.3 – Enquadramento da contratação: A contratação fundamenta-se na Lei nº 14.133/2021, especialmente em seus arts. 6º, inciso XLI, e 28, inciso I, bem como na Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022,

1.4 – Quantidades: Conforme tabelas 01 e 02.

1.5 – Vigência da contratação:



1.5.1 – A contratação ocorrerá com vigência de **12 (doze) meses**, a partir de sua assinatura, passível de prorrogação, respeitada a vigência máxima decenal, de acordo com o que estabelece o art. 107 da Lei nº 14.133/2021 e, ainda:

- a. Haja autorização formal da autoridade competente.
- b. Os serviços tenham sido prestados regularmente.
- c. A Administração mantenha interesse na realização do serviço.
- d. O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração.
- e. A CONTRATADA manifeste expressamente interesse na prorrogação.

1.5.2 – A prorrogação da vigência do Contrato será precedida de pesquisa para verificação das condições oferecidas pelo CONTRATADO e sua vantajosidade para este Tribunal.

1.5.3 – Os valores contratados poderão ser reajustados a cada 12 (doze) meses, contados da data da apresentação da proposta, com base na variação acumulada nos últimos 12 (doze) meses do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

1.5.4 – A pelo menos 60 (sessenta) dias corridos do término da vigência do contrato a ser firmado, o CONTRATANTE expedirá comunicado à CONTRATADA para que esta se manifeste, dentro de 03 (três) dias contados do recebimento da consulta, seu interesse na prorrogação do contrato.

1.5.5 – Se positiva a resposta, o CONTRATANTE providenciará, no devido tempo, o respectivo Termo Aditivo.

1.5.6 – A resposta da CONTRATADA terá caráter irretratável, portanto, esta não poderá, após se manifestar num ou noutro sentido, alegar arrependimento para reformular sua decisão.

2 – DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1 – Justificativa:

2.1.1 – Justifica-se a contratação de uma empresa de manutenção dos sistemas de geração fotovoltaica das unidades do TRT13 pela necessidade de



garantir a segurança, a continuidade e a eficiência operacional das instalações de energia fotovoltaica presentes nas edificações de nossa instituição.

2.1.2 – Atualmente, o Tribunal possui 11 prédios equipados com sistemas fotovoltaicos, os quais demandam atenção regular para a limpeza dos módulos, reaperto de componentes e outras atividades de manutenção.

2.1.3 – A ausência de manutenção adequada pode acarretar diversos problemas, tais como:

- **Redução da Eficiência Energética:** A sujeira acumulada nos módulos solares impede a absorção ideal da luz solar, reduzindo a eficiência dos painéis e, conseqüentemente, a geração de energia.
- **Desgaste Prematuro dos Componentes:** Sem a devida manutenção, os componentes do sistema fotovoltaico podem sofrer desgaste acelerado, resultando em falhas frequentes e na necessidade de substituição prematura de peças.
- **Riscos de Segurança:** Conexões elétricas soltas ou desgastadas podem representar sérios riscos de segurança, incluindo incêndios ou choques elétricos.
- **Perda Financeira:** A diminuição na geração de energia e os custos associados à paralisação dos sistemas e a reparos emergenciais podem levar a perdas financeiras significativas para a instituição.

2.1.4 – Além disso, é importante destacar que TRT-13 não possui pessoal técnico capacitado para realizar a manutenção desses sistemas em tantas edificações. A realização de visitas técnicas fora da cidade de João Pessoa é dificultada pela distância, o que reforça ainda mais a necessidade de contar com uma empresa especializada que possa garantir a manutenção adequada e contínua dos sistemas fotovoltaicos.

2.1.5 – No que tange à manutenção corretiva, esta é indispensável para eventuais paneiras nos equipamentos, de modo a restabelecer o funcionamento em prazos razoáveis que não venham a prejudicar a geração de energia e/ou a segurança dos usuários, o que não ocorreria na ausência de um contrato ora proposto.



2.1.6 – A inclusão dos insumos e peças no contrato de manutenção é de fundamental importância para agilizar os reparos no caso de manutenção corretiva, já que o processo de aquisição de peças se sujeita a um procedimento administrativo específico, o que acarreta muito tempo.

2.1.7 – Portanto, a contratação de uma empresa qualificada para a manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de geração fotovoltaica é fundamental para assegurar a longevidade, segurança e eficiência das nossas instalações de energia solar, contribuindo para a sustentabilidade e redução de custos operacionais.

2.2 – Planejamento Estratégico:

A demanda está em consonância com o **Planejamento Estratégico Institucional 2021 – 2026** (Processo 0000184-36.2021.5.13.0000), conforme Objetivos Estratégicos:

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 08 – Trabalho decente e crescimento econômico.

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 12 – Consumo e produção responsáveis.

2.3 – Previsão no Plano Anual:

A demanda está prevista no **Plano de Contratações Anual – PCA** da Instituição de 2026 (PROAD N° 4832/2025, conforme ID:1841) com Prioridade 1.

3 – DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1 – Trata-se de serviço comum de engenharia e objetiva a manutenção regular (preventiva anual/corretiva sob demanda) das Usinas Fotovoltaicas das Unidades do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região consideradas no objeto.

Item	Descrição
01	<u>Manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de geração fotovoltaica das unidades do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região – LOTE CAPITAL.</u>
02	<u>Manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de geração fotovoltaica das unidades do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região – LOTE INTERIOR.</u>



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO

3.2 – O serviço deverá ser realizado em dois lotes: CAPITAL e INTERIOR, compostos das unidades descritas a seguir:

3.2.1 – LOTE 01 (CAPITAL)

Item	Unidade	Endereço	Descrição do Sistema
01 (Lote Capital)	Edifício-Sede – Fórum Clóvis dos Santos Lima	Rua Corálio Soares, s/nº, João Pessoa- PB, CEP: 58013-260 - Tel. (83) 3533-6000	107 Painéis 550W; 86 Painéis 600W; 2 Inversores 15kW; 2 Inversores 20kW; 1 Inversor 25kW.
	Fórum Maximiano Figueiredo	Rua Aviador Mário Vieira de Melo, 1.440, João Agripino, João Pessoa-PB, CEP: 58.034-045 Tel. (83) 3533-6300	196 Painéis 550W; 3 Inversores 36kW.
	Fórum José Carlos Arcoverde Nóbrega	Av. Virgínio V Borges, s/nº Alto da Cosibra - Santa Rita-PB, CEP: 58.300-270 Tel. (83) 3533-6260	286 Painéis 375W; 96 Painéis 600W; 1 Inversor 15kW; 3 Inversores 20kW; 3 Inversores 25kW.
	Coordenadoria de Material e Patrimônio	Av. Marechal Deodoro da Fonseca, 150, Centro, João Pessoa-PB, CEP: 58040-908 - Tel. (83) 3533-6188	55 Painéis 550W; 54 Painéis 600W; 2 Inversores 25kW.
	Coordenação de Gestão Documental e Memória	R. Monsenhor Walfredo Leal, 62, Tambiá - João Pessoa-PB, CEP: 58020-540 Tel. (83) 3533-6183	166 Painéis 360Wp; 1 Inversor 15kW; 1 Inversor 50kW.
	CIJUS – Centro integrado da justiça social	Av. D. Pedro I, 247, Centro, João Pessoa-PB, CEP: 58020-514 - Tel. (83) 3533-6193	67 Painéis 600W; 2 Inversores 15kW.

Tabela 01: Localização dos Edifícios e Descrição dos Sistemas do Lote 01



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO

3.2.2 – LOTE 02 (INTERIOR)

Item	Unidade	Endereço	Descrição do Sistema
02 (Lote Interior)	Fórum Irineu Joffily	Rua Edgard Vilarim Meira, 585, Estação Velha – Campina Grande-PB, CEP: 58.105-213 Tel. (83) 3533-6200	101 Painéis 550Wp; 1 Inversor 30kW; 1 Inversor 15kW.
	Vara do Trabalho de Patos	Praça Bivar Olintho, s/nº, Bairro Brasília, Patos-PB, CEP: 58700-590 - Tel. (83) 3533-6274	72 Painéis 360Wp; 2 Inversores 15kW.
	Vara do Trabalho de Sousa	R. José Facundo de Lira, 30, Gato Preto, Sousa-PB, CEP: 58802-180 - Tel. (83) 3533-6280	68 Painéis 360Wp; 1 Inversor 25kW.
	Vara do Trabalho de Catolé do Rocha	R. Dep. Américo Maia, lotes 08 e 09, Catolé do Rocha-PB, CEP: 58884-000 - Tel. (83) 3533-6250	90 Painéis 570Wp; 2 Inversores 25kW.
	Vara do Trabalho de Itaporanga	R. Dep. Balduino Carvalho, 71, Centro – Itaporanga-PB, CEP: 58780-000 - Tel. (83) 3533-6290	87 Painéis 570Wp; 2 Inversores 25kW.

Tabela 02: Localização dos Edifícios e Descrição dos Sistemas do Lote 02

3.3 – A contratação pretendida ocorrerá através licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, devendo obedecer às especificações do item 3.4 – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS e valores máximos listados no item 9 – DA ESTIMATIVA DO PREÇO.

3.4 – Especificações Técnicas:

3.4.1 – Manutenção preventiva: Ocorrerá anualmente e tem por objetivo evitar a ocorrência de defeitos em todos os componentes dos sistemas, conservando-os dentro dos padrões de segurança e em perfeito estado de funcionamento.

3.4.1.1 – As manutenções preventivas deverão ser realizadas em dia e horário combinados com a CONTRATADA e com anuência da FISCALIZAÇÃO, devendo ser iniciadas após as 8h00 e finalizadas antes das 14h00. Poderá a fiscalização, em razão do serviço, fixar horário diverso para a realização dos serviços, desde que haja acordo entre as partes.

3.4.1.2 – A manutenção preventiva anual deverá prever, no mínimo, as seguintes rotinas:

- Inspeção visual dos módulos fotovoltaicos, verificando trincas, delaminações, pontos de aquecimento (hotspots), sujeira excessiva e sombreamento;



- b) Limpeza dos módulos fotovoltaicos com técnicas e produtos adequados, visando garantir a máxima eficiência energética;
- c) Verificação da integridade das estruturas de fixação, suportes e parafusos, incluindo reaperto quando necessário;
- d) Inspeção do estado de conservação dos cabos elétricos CC e CA, verificando isolamento, fixação e possíveis danos mecânicos;
- e) Verificação e reaperto das conexões elétricas em conectores MC4 ou equivalentes;
- f) Inspeção das stringboxes (quadros de proteção CC), incluindo verificação de fusíveis, DPS, disjuntores e barramentos;
- g) Inspeção dos quadros elétricos em corrente alternada (CA), incluindo disjuntores, DPS e demais dispositivos de proteção;
- h) Verificação do funcionamento dos inversores, incluindo análise de parâmetros elétricos, alarmes e registros de falhas;
- i) Limpeza externa dos inversores e verificação do sistema de ventilação e dissipação térmica;
- j) Verificação de aterramento e equipotencialização do sistema;
- k) Medição de grandezas elétricas (tensão, corrente, potência e eficiência), comparando com parâmetros esperados de desempenho;
- l) Identificação de perdas de desempenho e análise de possíveis causas;
- m) Verificação de ruídos, vibrações e aquecimento anormal nos equipamentos;
- n) Avaliação geral das condições operacionais do sistema fotovoltaico.

3.4.2 – Manutenção corretiva: Ocorrerá eventualmente, sob demanda, após abertura de chamado de manutenção ou verificação durante a manutenção preventiva. Tem por objetivo o restabelecimento dos componentes dos sistemas às condições ideais de funcionamento, eliminando defeitos mediante a execução de regulagens, ajustes mecânicos e eletrônicos, bem como substituição de peças, componentes e/ou acessórios que se apresentarem danificados, gastos ou defeituosos, incluindo reparos e pinturas.

3.4.2.1 – Os chamados para manutenção corretiva poderão ser abertos por meio de contato telefônico, mensagem em aplicativo de mensagens ou e-mail.

3.4.2.2 – Os custos de mão de obra e deslocamento para as manutenções corretivas são da CONTRATADA, sem ônus ao CONTRATANTE, de forma que o risco deste referido evento ocorrer deve estar inserido no preço global da proposta da CONTRATADA.



3.4.3 – Relatório Técnico: A empresa deverá apresentar (sempre que houver manutenção preventiva ou corretiva) relatório técnico e fotográfico em meio digital, citando os serviços executados, os ensaios realizados e seus resultados, as anormalidades encontradas e sugerindo à Administração do TRT as providências necessárias.

3.4.4 – Fornecimento de Materiais e Equipamentos

3.4.4.1 – A CONTRATADA deverá arcar, sem ônus para o CONTRATANTE, com o custo do fornecimento de peças, componentes e acessórios de reposição comuns à manutenção, como: Minidisjuntores, DPS, Fusíveis, Conectores, Pequenas quantidades de Cabos, Fita Isolante, Produtos de Limpeza, Abraçadeiras, Arruelas, Parafuso e outros materiais de baixo custo, necessários para realização das manutenções.

3.4.4.2 – A CONTRATADA deverá fornecer, sem ônus para o CONTRATANTE, todos os equipamentos, ferramentas, componentes, produtos, aparelhos de medições e testes indispensáveis à execução dos serviços solicitados, sejam eles definitivos ou temporários, assumindo toda a responsabilidade pelo transporte, carga, descarga, armazenagem e guarda dos mesmos;

3.4.4.3 – A substituição de peças, equipamentos ou acessórios, mediante comprovação da necessidade, deverá ser feita pela CONTRATADA, cuja justificativa deverá ser assinada pelo executante ou pelo responsável técnico, este último a critério da fiscalização, e autorizada pelo gestor do contrato;

3.4.4.4 – No caso de ser necessário a substituição de equipamentos (ex: Inversores, Módulos Fotovoltaicos), fora da garantia, **a substituição deverá ser feita pela CONTRATADA, sendo os equipamentos fornecidos pela CONTRATANTE.**

3.4.4.4.1 – No caso de equipamentos na garantia, fica a CONTRATADA responsável pelo acionamento da empresa e pelo procedimento necessário para realizar a substituição/repairo do equipamento.

3.4.5 – Requisitos de Segurança

3.4.5.1 – Todos os serviços deverão ser executados por trabalhadores que cumpram os requisitos e possuam treinamento das normas regulamentadoras NR10 e NR35, com documentação disponibilizada pela CONTRATADA.

3.4.5.2 – Os trabalhadores devem, a todo momento, utilizar os devidos EPI's e EPC's.



3.4.5.3 – Os serviços devem ser acompanhados por um Eletrotécnico ou Engenheiro Eletricista.

3.4.6 – Prazos

3.4.6.1 – As manutenções preventivas devem ocorrer anualmente (1 vez ao ano em cada unidade), com intervalo mínimo de 12 (doze) meses entre uma e outra, em datas marcadas com antecedência de, no mínimo, 15 (quinze) dias.

3.4.6.1.1 – Antes da realização das manutenções preventivas, a CONTRATADA deverá enviar lista com os nomes, documentos de identificação, qualificação e treinamentos dos profissionais que realizarão a manutenção, com antecedência de 2 (dois) dias, no mínimo.

3.4.6.1.2 – Após a realização das manutenções preventivas, a CONTRATADA deverá enviar relatório técnico no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

3.4.6.2 – Na ocorrência de problemas técnicos nos sistemas de geração fotovoltaica (incluindo os quadros elétricos CA/CC) e/ou quando houver interrupção parcial/total da geração de energia elétrica do sistema, um técnico da CONTRATADA terá um prazo máximo de 3 (três) dias úteis para chegar ao local, contado a partir da abertura do chamado de manutenção corretiva.

3.4.6.2.1 – Operações simples como verificação e operação de disjuntores poderão ser realizadas pela CONTRATANTE, com auxílio da CONTRATADA, se necessário.

3.4.6.2.2 – Antes da realização das manutenções corretivas, a CONTRATADA deverá enviar lista com os nomes, documentos de identificação, qualificação e treinamentos dos profissionais que realizarão a manutenção até 1 (um) dia antes da chegada ao local.

3.4.6.2.3 – Após a realização das manutenções corretivas, a CONTRATADA deverá enviar relatório técnico no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

4 – DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 – Requisitos de sustentabilidade:



Entregar os serviços constantes deste Termo de Referência, respeitando as normas do INMETRO e/ou ABNT, e, ainda, cumprir às recomendações previstas no Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho, instituído pela Resolução do CSJT nº 310/2021.

4.2 – Subcontratação:

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.3 – Garantia da Contratação:

Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4 – Classificação do serviço segundo o Art. 20 da Lei 14.133/2021:

O serviço objeto desta contratação está caracterizado como comum.

4.5 – Garantia para os serviços:

Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078/90).

4.6 – Condições de participação:

As Microempresas ou Empresa de Pequeno Porte participantes do procedimento de contratação deverão comprovar seu enquadramento e condições por meio de declaração específica, facultado ao Tribunal, se for o caso, promover diligência com a finalidade de comprovar o enquadramento do ofertante como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos do artigo 3.º, incisos I e II, da Lei Complementar n.º 123/2006, e suas alterações, além do Decreto nº 8.538/2015, de 6 de outubro de 2015, que regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte.

4.7 – Requisitos das Propostas:

4.7.1 – A proposta deverá apresentar o preço unitário e total de cada item, com a inclusão de todos os insumos, tais como: impostos, taxas, frete, encargos trabalhistas e previdenciários, fiscais, comerciais, seguros, deslocamento de pessoal, insumos previstos no item 3.4.4.1, prestação de garantia e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir na execução do contrato, que serão da responsabilidade da contratada.

4.7.2 – A validade da proposta apresentada deverá ser de, no mínimo, 60 (sessenta) dias corridos contados da data da apresentação.



4.7.3 – Na elaboração da proposta, o valor deve considerar tanto as manutenções periódicas preventivas quanto as **possíveis manutenções corretivas**, salientando que **o valor é fixo, independente de haver ou não manutenções corretivas**, conforme proposto pela CONTRATANTE.

4.8 – Qualificação técnica

Visando à sua habilitação no certame, AS LICITANTES deverão comprovar possuir qualificação técnica compatível com o objeto da licitação em tela. Para tanto, deverá atender tudo quanto solicitado neste tópico, conforme segue.

4.8.1 – Qualificação Técnico-Operacional

4.8.1.1 – Atestado de capacidade Técnico – Operacional: Comprovação por parte da empresa licitante de ter executado serviço de características similares ou superiores à do objeto deste Certame Licitatório. Esta comprovação se dará obrigatoriamente através dos documentos abaixo descritos:

4.8.1.1.1 – Declaração(ões), Certidão(ões) ou Atestado(s) emitido por pessoas jurídicas de Direito Público ou Privado, referente a serviço realizado em qualquer época ou local pela empresa licitante, comprovando a execução de serviço de características similares e sem irregularidades.

4.8.1.1.1.1 – Os documentos exigidos no item 4.8.1.1.1, para serem aceitos, deverão conter as seguintes informações:

- I. Que seja firmado pelo representante legal do contratante;
- II. Sua data de emissão;
- III. Mencionar o documento de responsabilidade técnica expedido pelo CREA - Conselho Regional de Engenharia ou qualquer outro Conselho de Classe, em razão das obras ou serviços executados (ART/RRT/CAT/TRT).

4.8.1.1.2 – Será considerado serviço de características similares, aquele que englobe (em edifício administrativo, comercial ou industrial, público ou privado), a execução, aplicação e/ou instalação dos itens a seguir, de no mínimo, de acordo com o Art. 67 da Lei 14.133/2021:

4.8.1.1.2.1 – Manutenção ou Instalação de sistemas fotovoltaicos, somando **ao menos 200kWp** (duzentos quilowatts-pico) de potência mínima.



4.8.1.1.3 – Será admitida a apresentação de mais de um atestado que, em conjunto, comprovem a execução de serviços pela empresa, contemplando todas as características qualitativas exigidas acima, mesmo que em serviços distintos.

4.8.1.1.4 – As licitantes deverão disponibilizar, quando solicitadas, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados de capacidade técnica apresentados, por meio de cópia do instrumento que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, dentre outros documentos.

4.8.2 – Qualificação Técnico-Profissional

4.8.2.1 – Declaração, em papel timbrado, firmada pelo representante legal da empresa, de que a empresa, quando da assinatura do Contrato, possuirá em seu quadro técnico, pelo menos 01 (um) profissional graduado em Engenharia Elétrica ou outro profissional de formação equivalente de nível superior, cuja formação seja aceita pelo Sistema CREA/CONFEA ou qualquer outro Conselho de Classe, ou ainda Eletrotécnico ou outro profissional de formação equivalente cuja formação seja aceita pelo Conselho Federal de Técnicos Industriais (CFT), que comprove ter desempenhado serviço de características similares ou superiores à do objeto deste Certame Licitatório.

4.8.2.2 – Comprovará a capacitação do profissional (graduado em Engenharia Elétrica ou outro profissional de formação equivalente de nível superior, cuja formação seja aceita pelo Sistema CREA/CONFEA ou qualquer outro Conselho de Classe, ou ainda Eletrotécnico ou outro profissional de formação equivalente cuja formação seja aceita pelo CFT, diploma emitido por Instituição de Ensino Médio/Superior, Pública ou Privada, reconhecida pelo MEC, podendo esta documentação ser substituída por documento de identificação Profissional reconhecido pelo CREA, CFT, ou qualquer outro Conselho de Classe, que comprove o exercício regular da Profissão.

4.8.2.3 – A Comprovação de vínculo do Profissional com a empresa se dará por meio dos seguintes documentos:

4.8.2.3.1 – Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), expedida pelo Ministério do Trabalho, contendo as folhas que demonstrem o nº de registro, ou Qualificação civil, contrato de trabalho e última alteração de salário, ou Ficha de Registro de Empregado, ou livro de empregado, ou Contrato de prestação de serviço sem vínculo trabalhista, regido pela legislação civil comum (conforme previsto no acórdão 80/2010 – Plenário do TCU), ou Cópia do Contrato Social ou sua alteração, para o caso de sócio.



4.8.2.3.2 – Certidão de Registro e Quitação – Pessoa Física do CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, ou qualquer outro Conselho de Classe emitida em nome do Profissional descrito neste item.

4.8.2.4 – A Comprovação do desempenho de serviço de características similares ou superiores à do objeto deste Certame Licitatório, por parte do(s) Profissional(is) se dará através dos seguintes documentos:

4.8.2.4.1 – Certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT) emitida pelo CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, ou qualquer outro Conselho de Classe, em nome do Profissional descrito no item 10.3.1, constando execução de serviço de características similares ou superiores às do objeto deste Certame Licitatório.

4.8.2.4.1.1 – A(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT) descrita(s) nesse item, poderá(ão) ser substituída por Declaração(ões), Certidão(ões) ou Atestado(s) emitidos por Pessoas Jurídicas de Direito Público ou Privado, desde que esta(s) esteja(am) vinculada(s) a uma CAT, e devidamente registrada(s) e cancelada(s) pelo CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, ou qualquer outro Conselho de Classe.

4.8.2.5 – Será considerado para este item, serviço de características similares, aquele que englobe, no mínimo, a execução, aplicação e/ou instalação, para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresas privadas, dos itens a seguir:

4.8.2.5.1 – Manutenção ou Instalação de sistemas fotovoltaicos, somando ao menos 50kWp (duzentos quilowatts-pico) de potência mínima.

4.9 – Da vistoria

4.9.1 – As proponentes, através de seus representantes legais, deverão vistoriar previamente as instalações físicas/locais objeto da contratação, para o conhecimento do seu objeto, devendo a vistoria ser agendada com a **Coordenadoria de Arquitetura, Engenharia, Manutenção, Conservação e Limpeza (CAEMA)** do TRT da 13ª REGIÃO através do telefone (83) 3533 - 6141, com antecedência mínima de 24 horas, no horário das **8 h às 14 h**, de segunda a sexta-feira, em dias úteis, sendo de inteira responsabilidade da empresa interessada em participar do processo de contratação as informações prestadas pelo seu preposto ao vistoriar os equipamentos e instalações, inclusive não se aceitando alegações futuras quanto ao desconhecimento de fatos, quantidades,



especificações, levantamentos, medições ou quaisquer outros fatores inerentes que venham a compor a proposta de preços a ser apresentada.

4.9.2 – Na oportunidade, será fornecido Termo de Vistoria emitido pela **CAEMA – Coordenadoria de Arquitetura, Engenharia, Manutenção, Conservação e Limpeza**, indicando que o proponente tomou conhecimento de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações do seu objeto, admitindo-se, conseqüentemente, como certo, o prévio e total conhecimento do objeto a ser executado, não se admitindo posteriormente qualquer alegação de desconhecimento.

4.9.3 – A vistoria poderá ser suprida por Declaração formal da proponente, assinada pelo seu representante legal, sob as penas da Lei, de que tem pleno conhecimento das condições locais e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos necessários à execução integral do objeto deste Termo de Referência. A referida Declaração, quando substituir o Termo de Vistoria, deverá compor a Proposta Comercial da licitante.

4.9.4 – Não serão realizadas vistorias no dia de recebimento das propostas.

5 – DA EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 – Prazos e critérios para entrega e recebimento do objeto:

5.1.1 – A execução do objeto se dará com as manutenções preventivas periódicas e as manutenções corretivas sob demanda, com rotinas, periodicidades e prazos definidos no item 3.4 – Especificações Técnicas.

5.1.2 – A execução se dará nos locais indicados nos itens 3.2.1 (para o lote 01) e 3.2.2 (para o lote 02).

5.1.3 – O descumprimento dos prazos estipulados resultará na aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovado pela Contratada e reconhecido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO

5.1.4 – O objeto contratado deverá ser entregue dentro das especificações estabelecidas neste Termo de Referência, sendo que a inobservância desta condição implicará recusa formal, com aplicação das penalidades previstas.

5.1.5 – O serviço entregue fica sujeito à reexecução, desde que comprovada a inconsistência com o que foi especificado neste Termo de Referência.

5.1.6 – A reexecução do serviço em desconformidade com este Termo de Referência, deverá ocorrer no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis** a contar da notificação expedida pela **Coordenadoria de Arquitetura, Engenharia, Manutenção, Conservação e Limpeza (CAEMA)** à empresa sobre a recusa dos serviços. Esgotado esse prazo, a empresa será considerada em atraso e sujeita às penalidades cabíveis.

5.1.7 – Na forma do disposto no art. 140, I, da Lei n.º 14.133/2021, o objeto será recebido:

a) provisoriamente, em até 5 (cinco) dias após o fim de cada trimestre de prestação de serviço, mediante termo circunstanciado do GESTOR(A) DO CONTRATO, emitido com base nas observações feitas ao longo do acompanhamento e fiscalização da atividade durante o período (art. 140, I, “a” da Lei n.º 14.133/2021), desde que não haja pendências técnicas identificadas.

b) definitivamente, em até 10 (dez) dias úteis do recebimento provisório, pelo GESTOR(A) DO CONTRATO (art. 140, I, “b” da Lei n.º 14.133/2021).

5.1.8 – Caso se verifique que não houve o fiel cumprimento das condições e especificações estabelecidas neste Termo de Referência, o objeto não será recebido de forma definitiva, situação na qual os problemas indicados devem ser solucionados no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados da notificação, quando será feita nova conferência.

5.1.9 – O período entre os recebimentos provisório e definitivo não suspende, para caracterização de mora, o prazo previsto inicialmente para a entrega, quando a responsabilidade pelo atraso no recebimento se der por culpa da contratada.

5.1.10 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade



penal e civil da contratada pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites legais e contratuais estabelecidos.

5.2 – Retirada do Empenho:

Emitida a Nota de Empenho da Despesa, a **Coordenadoria de Arquitetura, Engenharia, Manutenção, Conservação e Limpeza (CAEMA)** deverá remeter cópia à Contratada, acompanhada do Instrumento de Contrato e de cópia deste Termo de Referência, via e-mail, objetivando ciência do procedimento de contratação.

5.2.1 – Para fins de formalização do ato de recebimento dos supramencionados documentos, de forma idêntica, a Contratada deverá informar a sua recepção.

5.2.2 – A empresa terá um prazo de até **05 (cinco) dias** para atender à convocação de que trata este item, prorrogável uma única vez, a critério do Tribunal, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste instrumento, na Lei n.º 14.133/2021 e legislação correlata.

5.2.3 – Se a empresa não apresentar situação regular ou se recusar a receber a Nota de Empenho, injustificadamente, caracterizar-se-á o descumprimento total da obrigação assumida, com aplicação das penalidades cabíveis, a teor do item “SANÇÕES” do presente Termo de Referência.

5.3 – Responsabilidade Por Vício do Serviço

Identificados vícios de qualidade ou de quantidade no serviço contratado, observar-se-á o disposto na Lei n.º 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

5.3.1 – Por se tratar de serviço durável, o contratante terá o prazo de 90 (noventa) dias para reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação, contados do recebimento definitivo do serviço. Tratando-se de vício oculto, o prazo decadencial inicia-se no momento em que ficar evidenciado o defeito.

5.3.2 – Se o defeito for de fabricação do produto, o fornecedor tem 30 (trinta) dias para corrigi-lo ou saná-lo.

5.3.3 – Não sendo o vício sanado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, poderá



o contratante exigir alternativamente e à sua escolha:

- a) a substituição do serviço por outro da mesma espécie.
- b) a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos.

6 – DA GESTÃO DO CONTRATO

6.1 – O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, cabendo cada parte responder pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.1.1 – As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.1.2 – A fiscalização de que tratam os itens anteriores não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o art. 120 da Lei n.º 14.133/2021.

6.1.3 – A inexecução total ou parcial da contratação celebrado enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as penalidades previstas em Lei ou regulamento, de acordo com os artigos 155 a 163 da Lei n.º 14.133/2021.

6.1.4 – A rescisão desta contratação dar-se-á nos termos dos arts. 137 a 139 da Lei n.º 14.133/2021.

6.1.5 – No procedimento que visa à rescisão da contratação, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a Contratada terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de a Contratante adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

6.1.6 – Fica eleito o foro da Justiça Federal, na cidade de João Pessoa/PB para dirimir as questões que porventura venham a surgir, por força do presente instrumento, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



7 – DA MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1 – Critério de Medição por Unidade de Edificação:

7.1.1 – A medição dos serviços será realizada trimestralmente, por unidade de edificação efetivamente atendida, observando-se a proporcionalidade em relação ao total de edificações previstas em cada lote.

7.1.2 – Os pagamentos serão realizados de forma proporcional às edificações nas quais tenham sido efetivamente executadas as manutenções preventivas, mediante atesto da fiscalização.

7.1.3 – Para fins de pagamento:

7.1.3.1 – Lote 1: composto por 6 (seis) edificações, sendo cada unidade correspondente a 1/6 (um sexto) do valor total do contrato do lote;

7.1.3.2 – Lote 2: composto por 5 (cinco) edificações, sendo cada unidade correspondente a 1/5 (um quinto) do valor total do contrato do lote.

7.2 – O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, até o 10º (décimo) dia útil, após a entrada da Nota Fiscal/Fatura, sua conferência e o devido “atesto” pelo Gestor do Contrato (servidor responsável pelo recebimento definitivo), mediante Ordem Bancária emitida em nome da CONTRATADA e creditada em sua conta-corrente, que deverá estar especificada no corpo na referida Nota Fiscal/Fatura, ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas em código de barras, se for o caso.

7.2.1 – O pagamento, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, será realizado desde que a Contratada efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

7.3 – A Secretaria de Orçamento e Finanças – SOF verificará a regularidade fiscal da CONTRATADA quanto à Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos e à Dívida Ativa da União, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, Certidão Negativa de Débitos com o INSS, Certificado de Regularidade de Situação do FGTS.

7.4 – Caso a Nota Fiscal/Fatura seja apresentada com erro, será devolvida para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado no item 7.2, os dias que se passarem entre a data da devolução e a reapresentação.



7.5 – Observar-se-á se o CNPJ apresentado na nota fiscal é o mesmo constante dos documentos habilitatórios e proposta apresentada. Caso a CONTRATADA opte por efetuar o faturamento por meio de CNPJ (matriz ou filial) distinto do constante do contrato, deverá comprovar a regularidade fiscal tanto do estabelecimento contratado como do estabelecimento que efetivamente executar o objeto, por ocasião dos pagamentos ou das prorrogações contratuais.

7.6 – Será efetuada pelo Contratante a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencados na legislação em vigor, tais como IR, CSLL, COFINS e PIS/PASEP.

7.6.1 – A retenção dos tributos, informada no Item anterior, não será efetuada caso a CONTRATADA apresente junto à Nota Fiscal/Fatura a comprovação de que a mesma é optante do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES.

7.7 – Não será efetuado qualquer pagamento à Contratada enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de inadimplência contratual. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou atualização monetária.

7.8 – Será de inteira e única responsabilidade da contratada o recolhimento do ISS referente aos serviços junto ao órgão arrecadador do Município.

7.9 – Quando da ocorrência de eventual atraso de pagamento provocado exclusivamente pela Administração do CONTRATANTE, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = \frac{TX}{365} \text{ e } EM = I * N * VP$$

Onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;



N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso.

7.10 – O pagamento de quaisquer despesas somente poderá ser efetuado aos fornecedores de bens e serviços do TRT13 que estiverem cadastrados e enviarem as notas fiscais e certidões de regularidade fiscal/trabalhista no sistema SIGEO, sendo obrigação da Contratada **efetuar o cadastro** no referido sistema, no prazo de até 10 (dez) dias da assinatura do contrato, conforme estabelecido no subitem 8.3.4.

7.10.1 – A contratada deverá enviar, até o quinto dia útil, contado da entrega do objeto, notas fiscais e certidões de regularidade fiscal/trabalhista, por meio do sistema SIGEO.

7.11 – O Contratado que der ensejo ao atraso no envio das informações à Receita Federal pelo Tribunal, em virtude de não cumprir as obrigações relativas ao cadastro e envio de documentos, na forma deste contrato, será responsabilizada por eventuais multas administrativas que vierem a ser aplicadas pela Receita Federal do Brasil.

8 – DA SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1 – A presente contratação será realizada por meio de **licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, tipo menor preço**, nos termos do **art. 28, I, c/c o art. 29 caput e o art. 33, I, todos** da Lei nº 14.133/2021 e da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, considerando tratar-se de serviço comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos neste Termo de Referência, por meio de especificações usuais de mercado.

8.2 – Para a presente contratação, será efetuada adjudicação por menor preço do lote, com fundamento na legislação constante do subitem supra.

8.3 – Exigências de habilitação fiscal, social e trabalhista.

8.3.1 – A CONTRATADA deverá observar a previsão contida no art. 2.º, inc. V, da Resolução CNJ n.º 07/2005, alterada pela Resolução CNJ n.º 229/2016, que dispõe sobre a vedação nas contratações, em casos excepcionais de dispensa ou



inexigibilidade de licitação, de pessoa jurídica da qual sejam sócios, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos respectivos membros ou juízes vinculados, ou servidor investido em cargo de direção e de assessoramento.

8.3.1.1 – Para fins de cumprimento ao disposto no subitem 8.3.1 supra, deverá ser apresentada declaração de conformidade.

8.3.2 – Apresentar declaração de que não emprega menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, conforme disposto no art. 68, VI, da Lei nº 14.133/2021.

8.3.3 – A Contratada deverá observar a previsão contida no art. 5º, inc. IV da Lei nº 12.846/2013, a qual dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira.

8.3.4 – A Contratada deverá realizar cadastro junto ao sistema SIGEO, por meio do link: <https://portal.sigeo.jt.jus.br/portal-externo/0>, para os fins estabelecidos na Instrução Normativa RFB nº 2.043/2021, no prazo de até 10 dias da assinatura do contrato.

8.3.4.1 – Para fins de cumprimento da obrigação acima disposta, encontra-se disponível, na internet, **manual de ajuda do fornecedor**, que pode ser acessado por meio do seguinte link: <https://sigeo.jt.jus.br/ajuda>.

8.3.5 – Apresentar declaração de que não está condenada, a empresa ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta à previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988, do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004 (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT nºs 29 e 105.

8.3.5.1 – Para fins de cumprimento das declarações solicitadas, deverá ser apresentada declaração única de conformidade, em anexo.

8.3.6 – A Contratada deverá observar, no que couber, a exigência prevista no art. 93 da Lei nº 8.213/1991, quanto ao preenchimento de parte do quadro de funcionários das empresas com pessoas com deficiência, e a RECOMENDAÇÃO CSJT nº 24, de 21 março de 2022, para a inclusão no mercado de trabalho também das pessoas com Síndrome de Down, nas atividades que lhes sejam compatíveis,



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO

como ação afirmativa de empregabilidade, inclusão e cidadania, devendo comprovar periodicamente o cumprimento desta política.

8.3.7 – Observar a política de prevenção e combate ao assédio do TRT 13ª Região (Resolução Administrativa 104/2022), bem como as prescrições da Resolução CNJ 351/2020.

8.3.7.1 – A observância da política de que trata esta subcláusula visa à promoção de relações saudáveis de trabalho, prevenção e mitigação de riscos de práticas abusivas e discriminatórias, enfrentamento da discriminação, assédio moral e sexual no trabalho, bem como do respeito à diversidade e outros temas correlatos.

9 – DA ESTIMATIVA DO PREÇO

9.1 – A Seção de Compras e Pesquisa de Preços realizou a pesquisa de preços em conformidade com a INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGESME Nº 65/2021 do Ministério da Economia, visando a aquisição mediante a Lei nº 14.133/2021, objetivando estabelecer parâmetro para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, sem fornecimento de mão de obra exclusiva, dos sistemas de geração fotovoltaica das Unidades do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, em atendimento à legislação específica, consoante especificado no Documento de Oficialização da Demanda – Versão 2 (doc. 31), nos moldes seguintes:

DESCRIÇÃO DA PESQUISA DE MERCADO COM BASE NOS DISPOSITIVOS DA INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES / ME Nº 65/2021, DE 07 DE JULHO DE 2021			
DISPOSITIVO LEGAL	LOCAL DE PESQUISA	PERIODICIDADE	RESULTADO DA PESQUISA
inciso I, do art.5º	COMPRAS GOVERNAMENTAIS	últimos 12 (doze) meses	– Identificado registro de contratação de mesma natureza e/ou que atenda às especificações do objeto deste protocolo (docs. 43/44), por meio das ferramentas Banco de Preços e Paineis de Preços.
inciso II, do art.5º	OUTROS ENTES PÚBLICOS		
inciso III, do art.5º	SITES ESPECIALIZADOS OU DE DOMÍNIO AMPLO	últimos 6 (seis) meses	– Não identificado registro doc. 43, por meio da ferramenta Banco de Preços.
inciso I, do art.5º	Consulta TRTs 2ª, 6ª e 7ª Região: Portal Transparência	últimos 12 (doze) meses	– Não identificado registro nos Tribunais consultados (docs. 45/47).



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO

Inciso IV, do art. 5º	Consulta no mercado - Solicitação de orçamento SOLO Nº 041/2026 (Doc. 35).	Validade da proposta	– Propostas: Docs. 48/49.
-----------------------	--	-------------------------	---------------------------

Após a pesquisa, foi possível identificar preço que possa subsidiar a possível contratação.

Item	Descrição	Qtd	Und	Valor Unitário
01	<u>Manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de geração fotovoltaica das unidades do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região – LOTE CAPITAL.</u>	01	ANO	R\$ 19.600,04
02	<u>Manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de geração fotovoltaica das unidades do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região – LOTE INTERIOR.</u>	01	ANO	R\$ 13.184,27

9.2 – Inobstante consultadas (docs. 36 e 39/40), as empresas Lenon Farias de Lemos, Accessenergy Solar, Energia Jaspe Ltda. e Esmartsun Energia Solar não apresentaram propostas para a presente demanda.

9.3 – Ressalte-se que a justificativa para escolha dos fornecedores para os quais foram encaminhadas as solicitações dos orçamentos foi tão somente o ramo de atividade, com o intuito de verificar os preços de serviços especializados de manutenção preventiva e corretiva, sem fornecimento de mão de obra exclusiva, para sistemas de geração fotovoltaica, em todo o território nacional.

9.4 – Desta forma, com base nas pesquisas realizadas, a despesa total estimada alcançou o importe de **R\$ 32.784,31 (trinta e dois mil, setecentos e oitenta e quatro reais e trinta e um centavos)**, consoante a planilha comparativa e estimativa de preços acostada aos autos (doc. 50).

9.5 – A metodologia utilizada para definição do preço de referência foi a média aritmética dos preços obtidos nas pesquisas realizadas, cuja soma de todos os valores foi dividida pelo número de fornecedores, em razão de estarem dispostos de forma homogênea, considerando o uso da medida de dispersão denominada coeficiente de variação, não havendo desconsideração de valores por não se apresentarem inexecutáveis, inconsistentes e/ou excessivamente elevados (*saneamento das amostras*), conforme detalhamento no Mapa Comparativo de Preços (doc. 50).

9.6 – Para o cálculo do coeficiente de variação é necessária a utilização do desvio padrão que demonstra a distância dos valores em relação à média do conjunto e



quanto mais próximo de 0 (zero) for o desvio-padrão, menos dispersos são os dados daquele conjunto.

9.7 – Neste diapasão, o coeficiente de variação fornece a oscilação dos dados obtidos em relação à média. Quanto menor for o seu valor, mais homogêneos serão os dados. O coeficiente de variação é considerado baixo quando apresentar percentual igual ou inferior a 25%, sendo nesse caso indicada a média como critério de definição do valor de mercado.

10 – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

10.1 – Das Obrigações do Contratante:

10.1.1 – Emitir a Nota de Empenho da Despesa.

10.1.2 – Receber o objeto contratado entregue de acordo com as especificações técnicas constantes deste Termo de Referência e proposta apresentada, provisória e definitivamente, após verificação minuciosa da conformidade das funcionalidades com tais especificações.

10.1.3 – O Contratante designará, por ato formal, servidores da **Coordenadoria de Arquitetura, Engenharia, Manutenção, Conservação e Limpeza (CAEMA)**, para acompanhamento e fiscalização da prestação dos serviços denominados Fiscais e Gestores de Contrato, titulares e substitutos, responsável pela análise da conformidade do serviço entregue, o qual deverá estar de acordo com os encargos previstos neste Termo de Referência.

10.1.4 – Fornecer ou colocar à disposição da contratada todos os elementos e informações necessários ao fornecimento dos serviços.

10.1.5 – Efetuar o pagamento à Contratada, conforme condição estabelecida no subitem 7.1 deste instrumento.

10.1.6 – Observar para que, durante a vigência contratual, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para contratação, bem como sua compatibilidade com as obrigações assumidas.

10.1.7 – Sustar o recebimento do objeto contratado na hipótese de estar em desacordo com o especificado ou por outro motivo que justifique a medida.

10.1.8 – A fiscalização de que trata o subitem anterior não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada ou o acompanhamento pelo contratante, pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução



do contrato, conforme previsão legal estabelecida pelo art. 120 da Lei n.º 14.133/2021.

10.1.9 – Emitir pareceres no processo administrativo relativo à presente contratação, especialmente quanto à aplicação de penalidades e alterações contratuais.

10.1.10 – Caberá ao responsável pelo recebimento definitivo – **Coordenadoria de Arquitetura, Engenharia, Manutenção, Conservação e Limpeza (CAEMA)**, impulsionar tal processo administrativo, através de relatório que indique as falhas ocorridas e as penalidades a serem aplicadas.

10.1.11 – Notificar, por escrito, a Contratada acerca da ocorrência de eventuais imperfeições no serviço executado, bem como para reapresentá-lo, conforme especificado no item 3 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COM UM TODO” deste instrumento.

10.1.12 – Previamente a emissão da nota de Empenho da Despesa, caberá a Secretaria de Orçamento e Finanças – SOF a realização de consulta ao Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, emitindo os resultados respectivos, a fim de evitar a contratação de empresas que tenham sofrido penalidades que obstem a celebração da contratação pretendida, conforme previsão estabelecida pela Lei no 12.846/2013.

10.2 – Das Obrigações da Contratada:

10.2.1 – Apresentar Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) registrada no CREA-PB, assinada pelo(s) responsável(is) pela execução dos serviços.

10.2.2 – Realizar fielmente os serviços objeto deste Contrato, cumprindo todas as especificações técnicas constantes no Termo de Referência, anexos, e edital de Licitação.

10.2.3 – Não transferir a terceiro, no todo ou em parte, o objeto da presente contratação.

10.2.4 – Assumir integral responsabilidade pela qualidade do serviço, bem como pelos danos decorrentes direta ou indiretamente de sua execução e recebimento.

10.2.5 – Reapresentar, às suas expensas, o serviço contratado recusado pelo contratante, em face do disposto no art. 119 da Lei nº 14.133/2021, na hipótese de apresentar imperfeição ou quaisquer outros vícios, ainda que constatados após o



seu recebimento e/ou pagamento.

10.2.6 – Manter atualizada, durante toda a execução do objeto do contrato, as condições e documentações apresentadas para habilitação e qualificação, devendo a Contratada informar ao Contratante, imediata e formalmente, caso ocorra, a impossibilidade de renovação ou apresentação de qualquer desses documentos, justificando a ocorrência.

10.2.7 – Comunicar ao CONTRATANTE as alterações que forem efetuadas em seu contrato social ou estatuto, endereço, correio eletrônico, telefone ou representante legal, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados da mudança.

10.2.8 – A Contratada deverá entregar o serviço constante deste Termo de Referência, observando as orientações do Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho, instituído pela Resolução do CSJT nº 310/2021, atualizado e revisado, na forma do Anexo do Ato CSJT.GP.SG.SEGGEST N.º 71, de 10 de setembro de 2025, especificamente o constante no item 2. Contratação de Serviços, *in verbis*:

2. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS

As contratações de serviços para a realização de tarefas executivas sob o regime de execução indireta devem observar os critérios e práticas de sustentabilidade.

Nos contratos para prestação de serviços, a Justiça do Trabalho deve:

- Promover o respeito à diversidade e à equidade, de forma a combater a discriminação que se baseie em preconceito e envolva distinção, exclusão e preferência que tenham o efeito de anular a igualdade de tratamento ou oportunidades;
- Contribuir para a erradicação do trabalho infantil e para proteger o adolescente do trabalho ilegal;
- Contribuir para a eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou compulsório; e
- Promover a saúde ocupacional e prevenir riscos e doenças relacionados ao trabalho.

A contratada deve comprovar, como condição prévia à assinatura do contrato e durante a vigência contratual, sob pena de rescisão contratual, o atendimento das seguintes



condições:

a) não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 04/2016; e

b) não ter sido condenada, a contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta à previsão: aos artigos 1º, 3º (inciso IV), 7º (inciso XXXIII) e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149, 203 e 207 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004 (promulga o Protocolo de Palermo); nas Convenções da OIT nºs 29 e 105; no Capítulo IV do Título III (Da Proteção do Trabalho do Menor) do Decreto-Lei nº 5.452/1943 (CLT); nos arts. 60 a 69 da Lei nº 8.069/1990 (ECA), que trata do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho; e no Decreto nº 6.481/2008, o qual trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação.

c) para fins do disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991 c/c Recomendação CSJT nº 24, de 21 março de 2022, que promove o fiel cumprimento das cotas de contratação de pessoas com deficiência, com incentivo à inclusão no mercado de trabalho também das pessoas com Síndrome de Down, nas atividades que lhes sejam compatíveis, como ação afirmativa de empregabilidade, inclusão e cidadania.

A Contratada deverá obedecer às normas técnicas, de saúde, higiene e de segurança do trabalho, fornecendo aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços e fiscalizando o seu uso, conforme consta da Norma Regulamentadora MTE nº 06.

10.2.9 – Apresentar Atestado de Capacidade Técnica, comprovando ter prestado/executado serviço com características similares ou superiores à do objeto desta contratação, conforme previsão legal estabelecida pelos arts. 67, II e 70, I, da Lei nº 14.133/2021, considerando tratar-se de contratação cujo prazo de execução acima de 30 (trinta) dias.



10.2.10 - Observar os regramentos dispostos no ATO TRT13.SGP N.º 121, DE 30 DE JUNHO DE 2025 – Institui o Código de Conduta para Fornecedores de Bens e de Serviços do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, cujo acesso poderá ocorrer através do link <https://normasinternas.trt13.jus.br/xmlui/handle/bdtrt7/128291>.

10.2.11 – Os trâmites e ônus para a aprovação dos projetos junto aos órgãos oficiais e concessionárias de serviço serão de responsabilidade da Contratada.

10.2.12 – As inadequações apontadas pela fiscalização e pelos órgãos oficiais e concessionárias de serviço serão corrigidas pela Contratada sem custo adicional para o Contratante.

10.2.13 – Manter os seus empregados devidamente uniformizados e identificados, quando em trabalho, devendo substituir, imediatamente, todo e qualquer de seus empregados ou prepostos que sejam inconvenientes à boa ordem ou às normas disciplinares do CONTRATANTE.

10.2.14 – Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependências do CONTRATANTE.

10.2.15 – Assumir, ainda, a responsabilidade por quaisquer danos ou prejuízos causados ao CONTRATANTE por seus empregados ou prepostos, respondendo pelas despesas decorrentes dos reparos ou reposição, desde que se comprove a culpabilidade deles.

10.2.16 – Assumir responsabilidade pelos prejuízos causados aos equipamentos e instalações, em decorrência de defeitos provenientes de operação imprópria e/ou mau uso de sua parte e, negligência de seus funcionários ou prepostos.

10.2.17 – Usar somente instrumentos e ferramentas recomendadas pelo fabricante dos equipamentos nas instalações da CONTRATANTE.

10.2.18 – Manter na Fiscalização do Contrato uma relação nominal, sempre atualizada, dos seus empregados e prepostos que executarão os serviços de que trata o Objeto do Termo de Contrato.

10.2.19 – Supervisionar a prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva realizada pelos seus funcionários.

10.2.20 – Ter à disposição, um departamento técnico capacitado, com conhecimentos comprovados em serviços correlatos ao ora contratado.

10.2.21 – Executar, às suas expensas, pequenos reparos de recomposição de pisos, paredes, tetos, lajes, forros, etc., que sofrerem quaisquer tipos de avarias ou de rupturas, em consequência de reparos que se fizerem necessários no cumprimento das obrigações objeto do Contrato, deixando-os em perfeitas



condições, ou seja, conforme se encontravam antes de apresentarem problemas;

10.2.22 – Observar, na execução dos serviços e nos materiais a serem utilizados, as leis, os regulamentos, as posturas, inclusive de segurança pública, o código civil e as melhores normas técnicas específicas.

10.2.23 – Cumprir e fazer cumprir todas as Normas Regulamentadoras relativas à Segurança e Medicina do Trabalho, inclusive fornecer, treinar e tornar obrigatório o uso de equipamentos de proteção individual (EPI) para seus empregados.

10.2.24 – Realizar a manutenção corretiva nos equipamentos dos sistemas discriminados no objeto licitado, quando necessário, eliminando defeitos existentes, quaisquer que sejam os fatores causadores, inclusive defeitos ou avarias provocadas por ação de terceiros.

10.2.25 – Comunicar à fiscalização do TRT, por escrito, qualquer anormalidade, tão logo verificada, durante a execução dos serviços.

10.2.26 – Entregar as peças substituídas à fiscalização do TRT.

10.2.27 – Fornecer ao TRT relatórios de manutenção, sempre que houver manutenções preventivas ou corretivas, detalhando os defeitos e ocorrências verificados por ocasião das manutenções, inclusive relacionando as peças eventualmente substituídas e serviços episódicos realizados.

10.2.28 – Providenciar o registro do Contrato no CREA/PB, observado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de assinatura do mesmo, apresentando ao TRT neste mesmo prazo, uma via da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).

10.2.29. – Manter em seu quadro técnico pelo menos 01 (um) profissional graduado em Engenharia Elétrica ou outro profissional de formação equivalente de nível superior, cuja formação seja aceita pelo Sistema CREA/CONFEA ou qualquer outro Conselho de Classe, ou ainda Eletrotécnico ou outro profissional de formação equivalente cuja formação seja aceita pelo Conselho Federal de Técnicos Industriais (CFT) para se responsabilizar pela execução dos serviços elétricos.

10.2.30 – No caso de impossibilidade de solução imediata de algum problema apresentado, devidamente justificada, a Contratada deverá apresentar à Administração uma proposta para pôr em condições de uso normal em tempo mínimo, ficando os custos de mão de obra por conta da Contratada;

10.2.31 – Executar os serviços de manutenção tanto durante o horário normal de expediente do Órgão, como fora desse horário, incluindo fins de semana e feriados, de acordo com a conveniência do Contratante ou da ocorrência de anormalidades, devendo combinar previamente com a Administração sobre o horário das manutenções preventivas, visando causar o mínimo transtorno à condução dos trabalhos normais desta Corte Trabalhista;

10.2.32 – Fornecer todo o ferramental necessário à perfeita execução dos serviços, incluindo instrumentos de medição, ferramentas, escadas, materiais de



limpeza e o que for necessário à execução dos serviços de manutenção;

10.2.33 – Submeter-se ao horário de trabalho determinado pela Administração do TRT, atendendo imediatamente à ordem de suspensão dos serviços, quando, por conta de ruídos, poeiras, odores ou outras causas, esses perturbarem o andamento normal dos trabalhos desenvolvidos nesta Corte;

10.2.34 – Observar rigorosamente, durante a execução dos serviços de manutenção, os procedimentos de segurança prescritos na Norma Regulamentadora nº 10 (NR-10) – Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade e na NR-35 – Trabalho em Altura, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

10.2.35 – Apresentar à fiscalização os atestados que comprovem a participação em cursos de NR-10 básico e NR-35 dos seus funcionários diretamente envolvidos nos serviços de manutenção, dentro da validade dos mesmos.

NOTA: Esta última exigência deverá ser observada quando do recebimento da Ordem de Serviço e sempre que houver substituição do quadro de técnicos da empresa envolvidos com os serviços contratados.

10.2.36 – São de inteira responsabilidade da Contratada, sem ônus para o CONTRATANTE, o fornecimento dos insumos previstos no item 3.4.4.1.

10.2.37 – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, indicando o nome de seu preposto e respectivo substituto (até o 5º dia de execução do contrato) com competência para manter entendimentos e receber ou transmitir comunicações à fiscalização, que serão responsáveis pelo recebimento das demandas encaminhadas (art. 118 da Lei nº 14.133/2021).

11 – DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 – Os recursos para fazer face às despesas com o objeto da contratação correrão por conta da Dotação Orçamentária do TRT 13ª Região, na **Natureza de Despesa 339039**, do **Programa de Trabalho Resumido 167983**.

12 – DAS SANÇÕES

12.1 – Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO

- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2 – Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima do Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- c) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima do Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
- d) **Multa**:
 - (1) Moratória de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
 - a. *O atraso superior a 15 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.*
 - (2) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 25% a 30% do valor do Contrato.
 - (3) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 25% a 30% do valor do Contrato.
 - (4) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 20% a 25% do valor do Contrato.
 - (5) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de



10% a 15% do valor do Contrato.

(6) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato.

12.3 – A aplicação das sanções previstas no Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

12.4 – Todas as sanções previstas no Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

12.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

12.5 – Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.6 – A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.7 – Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.8 – Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.



12.9 - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

12.10 – O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

12.11 – As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.12 – Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

13 – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

13.1 – As Partes, seus servidores/empregados e seus subcontratados se obrigam a adotar, no tratamento de dados pessoais como Operadora ou Controladora, as medidas de segurança técnicas, jurídicas e administrativas aptas a proteger tais dados de acessos não autorizados ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, observando-se os padrões mínimos definidos pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados, respeitando os princípios da finalidade, adequação, transparência, livre acesso, segurança, prevenção e não discriminação, bem como garantir a confidencialidade dos dados coletados, em conformidade com o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei nº 13.709/2018) e em estrita observância aos termos da Política de Segurança da Comunicação e



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO

Comunicações, da Política de Proteção de Dados Pessoais e demais normativos pertinentes aprovados pelo TRT13 e publicados no site da instituição.

13.2 – Os dados pessoais não poderão ser revelados a terceiros, copiados, modificados ou removidos sem autorização prévia da Parte “Controladora” dos dados, bem como não poderão ser utilizados para qualquer finalidade além da execução deste instrumento.

13.3 – Cada Parte deverá limitar o acesso às informações a seus colaboradores, a quem este acesso seja obrigatoriamente necessário ou apropriado para que a execução do presente ajuste ocorra de forma adequada.

13.4 – O dever de confidencialidade abrange todas as informações recebidas pelas Partes, de forma oral ou escrita, através de diversos procedimentos de comunicação, tais como telefone e mídias digitais, em decorrência do sigilo a elas inerentes.

13.5 – As Partes não poderão colocar a outra em situação de violação da LGPD. A não observância de qualquer das disposições estabelecidas nesta Cláusula sujeitará a Parte infratora aos procedimentos judiciais competentes, de ordem civil e criminal.

13.6 - Eventuais dados coletados serão arquivados somente pelo tempo necessário para a execução deste instrumento. Ao seu fim, os dados coletados serão permanentemente eliminados, excetuando-se os que se enquadrarem no disposto no artigo 16, I da LGPD ou por interesse público.

13.7 – As obrigações constantes no parágrafo anterior não se aplicarão a qualquer informação que deva ser revelada em razão de interesse público ou por ordem judicial, nos limites de tal ordem.

13.8 – A obrigação de confidencialidade é em caráter irrevogável e irretratável, devendo ser observada mesmo após o encerramento do presente ajuste.

13.9 – Quando houver tratamento de dados de menores, a Parte deverá providenciar a coleta de consentimento específico de, pelo menos, um dos pais ou do responsável legal.



14 – DA DESCRIÇÃO DOS ANEXOS

14.1 – Anexo I – Declaração única.

Equipe de Planejamento da Contratação
(Portaria TRT13 DG nº 25/2026)

EMERSON SANTOS MAUL DE ANDRADE Matrícula nº 300.351.130	THIAGO AGUIAR DE MELO Matrícula nº 201.370.100	PÉRICLES COSTA MATIAS Matrícula nº 277.215.849	PAULO ROBERTO FERNANDES DE ALBUQUERQUE Matrícula nº 245.163.500
Integrante Demandante e Coordenador da Equipe	Integrante Técnico	Integrante Técnico	Integrante Administrativo



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO

ANEXO I

DECLARAÇÃO

(Nome da Empresa) _____, inscrito no CNPJ nº _____ por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____,
DECLARA:

a) para fins do disposto na Resolução CNJ Nº 229/2016 de 22/06/2016, que a empresa não possui em seu quadro societário e que não virá a contratar no decorrer da execução deste Contrato, cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive dos magistrados ocupantes do cargo de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, na forma da citada Resolução;

b) para fins do disposto no inc. XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e inc. VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021, que não emprega menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

- Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()

c) para fins do disposto no Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho (instituído pela Resolução CSJT 310/2021) que:

c1) que não possui inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, nos termos da Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 4 de 11 de maio de 2016 e que;

c2) não foi condenada, a empresa ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta à previsão: aos artigos 1º, 3º (inciso IV), 7º (inciso XXXIII) e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149, 203 e 207 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004 (promulga o Protocolo de Palermo); nas Convenções da OIT nºs 29 e 105; no Capítulo IV do Título III (Da Proteção do Trabalho do Menor) do Decreto-Lei nº 5.452/1943 (CLT); nos arts. 60 a 69 da Lei nº 8.069/1990 (ECA), que trata do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho; e no Decreto nº 6.481/2008, o qual trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação.

d) para fins do disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991 c/c Recomendação CSJT nº 24, de 21 março de 2022, que promove o fiel cumprimento das cotas de contratação de pessoas com deficiência, com incentivo à inclusão no mercado de trabalho também das pessoas com Síndrome de Down, nas atividades que lhes sejam compatíveis, como ação afirmativa de empregabilidade, inclusão e cidadania.

(data)

(representante legal)



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO**

ANEXO II

**MODELO DE DECLARAÇÃO REFERENTE
À CAPACITAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL**



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO**

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO REFERENTE À CAPACITAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL

(Nome da Empresa) _____, inscrito no CNPJ nº _____ por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA para os devidos fins que, quando da assinatura do Contrato, possuirá em seu quadro técnico, pelo menos 01 (um) profissional graduado em Engenharia Elétrica ou outro profissional de formação equivalente de nível superior, cuja formação seja aceita pelo Sistema CREA/CONFEA ou qualquer outro Conselho de Classe, ou ainda Eletrotécnico ou outro profissional de formação equivalente cuja formação seja aceita pelo Conselho Federal de Técnicos Industriais (CFT), que comprove ter desempenhado serviço de características similares ou superiores à do objeto deste Certame Licitatório.

.....
(data)

.....
(representante legal)



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO**

ANEXO III

**MODELO DE TERMO DE VISTORIA / DECLARAÇÃO DE
CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES LOCAIS DO OBJETO DA
LICITAÇÃO**



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO**

ANEXO III

**MODELO DE TERMO DE VISTORIA / DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES
LOCAIS DO OBJETO DA LICITAÇÃO**

1 – TERMO DE VISTORIA

Atestamos que, _____ Representante Legal da empresa _____, realizou na data de ____/____/2026, a vistoria referente ao Certame denominado Pregão Eletrônico nº ____/2026, cujo objeto é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, sem fornecimento de mão de obra exclusiva, dos sistemas de geração fotovoltaica das unidades do Tribunal Regional do Trabalho da 13^a Região, declarando o mesmo, para os fins que se façam necessários que, em nome da empresa, está ciente do estado dos equipamentos e das condições locais (objeto desta Licitação), abdicando assim a empresa a qual representa do direito de alegar desconhecimento acerca de qualquer dificuldade que porventura venha a surgir no transcorrer da execução dos serviços objeto do presente certame.

João Pessoa/PB, de de 2026

Responsável pela emissão do Termo de Vistoria

Representante Legal

2 – DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES LOCAIS

Declaramos, para fins de cumprimento ao que dispõe o Edital de Pregão Eletrônico Nº..... /2026, que a empresa....., CNPJ....., para os fins que se façam necessários, que está ciente do estado dos equipamentos e das condições locais (objeto desta Licitação), abdicando assim a empresa a qual representam, do direito de alegar desconhecimento acerca de qualquer dificuldade que porventura venha a surgir no transcorrer da execução dos serviços objeto do presente certame

João Pessoa/PB, de de 2026

Responsável legal da Empresa

Representante Legal



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO**

ANEXO IV

**MODELO DE DECLARAÇÃO EM CONFORMIDADE COM A
RESOLUÇÃO CNJ N° 229/2016 DE 22/06/2016**



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO**

ANEXO IV

**MODELO DE DECLARAÇÃO EM CONFORMIDADE COM A RESOLUÇÃO CNJ N°
229/2016 DE 22/06/2016**

DECLARAÇÃO

(Nome da Empresa) _____, inscrito no CNPJ nº _____ por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto na Resolução CNJ N° 229/2016 de 22/06/2016, que a empresa não possui em seu quadro societário e que não virá a contratar no decorrer da execução deste Contrato, cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive dos magistrados ocupantes do cargo de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, na forma da citada Resolução.

.....
(data)

.....
(representante legal)



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO**

ANEXO V

**MODELO DE DECLARAÇÃO EM CONFORMIDADE COM O GUIA DE
CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS DA JUSTIÇA DO TRABALHO
(INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO CSJT Nº 310/2021)**



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO**

ANEXO V

**MODELO DE DECLARAÇÃO EM CONFORMIDADE COM O GUIA DE
CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS DA JUSTIÇA DO TRABALHO
(INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO CSJT Nº 310/2021)**

DECLARAÇÃO

(Nome da Empresa) _____, inscrito no CNPJ nº _____ por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto no Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho (instituído pela Resolução CSJT 310/2021) que:

a) não possui inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, nos termos da Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 4 de 11 de maio de 2016 e que ;

b) não foi condenada, a contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta à previsão aos artigos 1º, 3º (inciso IV), 7º (inciso XXXIII) e 170 da Constituição Federal de 1988, dos artigos 149, 203 e 207 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004 (promulga o Protocolo de Palermo); das Convenções da OIT nºs 29 e 105; do Capítulo IV do Título III (Da Proteção do Trabalho do Menor) do Decreto-Lei nº 5.452/1943 (CLT); dos arts. 60 a 69 da Lei nº 8.069/1990 (ECA), que trata do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho; e do Decreto nº 6.481/2008, o qual trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação;

.....
(data)

.....
(representante legal)



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO**

ANEXO VI

**MODELO DE DECLARAÇÃO EM CONFORMIDADE COM O
DISPOSTO NO ART. 93 DA LEI Nº 8.213/1991 C/C RECOMENDAÇÃO
CSJT Nº 24, DE 21 MARÇO DE 2022**



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO**

ANEXO VI

**MODELO DE DECLARAÇÃO EM CONFORMIDADE COM O
DISPOSTO NO ART. 93 DA LEI Nº 8.213/1991 C/C RECOMENDAÇÃO CSJT Nº 24,
DE 21 MARÇO DE 2022**

DECLARAÇÃO

(Nome da Empresa) _____, inscrito no CNPJ nº _____ por
intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) _____,
portador da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____,
DECLARA, para fins do disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991 c/c
Recomendação CSJT nº 24, de 21 março de 2022, que promove o fiel cumprimento das
cotas de contratação de pessoas com deficiência, com incentivo à inclusão no mercado
de trabalho também das pessoas com Síndrome de Down, nas atividades que lhes sejam
compatíveis, como ação afirmativa de empregabilidade, inclusão e cidadania.

.....
(data)

.....
(representante legal)



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO**

ANEXO VII

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO**

ANEXO VII

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Item	Descrição	Und	Quant.	Valor Unitário (R\$)
1	Manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de geração fotovoltaica das unidades do Tribunal Regional do Trabalho da 13 ^a Região – <u>LOTE CAPITAL</u> .	ANO	01	
2	Manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de geração fotovoltaica das unidades do Tribunal Regional do Trabalho da 13 ^a Região – <u>LOTE INTERIOR</u> .	ANO	01	
Valor Global da Proposta (R\$)				

A Proposta Comercial deverá conter as seguintes informações:

- a) Razão Social;
- b) Número do CNPJ/MF;
- c) Endereço e Telefone;
- d) Nome do Banco, Número da Agência e Número da Conta-Corrente
- e) Preços unitários;
- f) Prazo de validade da proposta;
- g) Assinatura do representante legal da empresa.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO

ANEXO VIII
MINUTA DO CONTRATO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO

MINUTA

CONTRATO TRT N.º ____/2026

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, SEM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA EXCLUSIVA, DOS SISTEMAS DE GERAÇÃO FOTOVOLTAICA DAS UNIDADES DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO E A XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO, pessoa jurídica, com sede na Avenida Corálio Soares de Oliveira, s/n – Centro, João Pessoa, Estado da Paraíba, CEP 58.013-260, inscrito no CNPJ/MF n.º 02.658.544/0001-70, denominado **CONTRATANTE**, representado por seu Diretor-Geral, ALEXANDRE GONDIM GUEDES PEREIRA, e a empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ n.º XXXXXXXXXXXXXXXX, com sede na XXXXXXXXXXXXXXXX, telefone: XXXXXXXXXXXX, e-mail: XXXXXXXXXXXX, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por XXXXXXXXXXXX, XXXXXXXXXXXX, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXXXXXX, tendo em vista o que



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO**

consta do **Proad TRT n.º 837/2026**, firmam o presente Contrato mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente contrato fundamenta-se:

- I. No Pregão Eletrônico TRT n.º 900XX/2026, conforme o art. 28, I, e o art. 6º, XXI, alínea "a", da Lei n.º 14.133/2021;
- II. Nos termos propostos pela CONTRATADA que, simultaneamente:
 - a) constem no PROAD 837/2026;
 - b) não contrariem o interesse público;
- III. Nos preceitos de direito público; e,
- IV. Supletivamente, nos princípios da teoria geral dos contratos e nas disposições do direito privado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, sem fornecimento de mão de obra exclusiva, dos sistemas de geração fotovoltaica das unidades do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, cujas especificações técnicas, quantidades e demais condições encontram-se detalhadas nos Estudos Técnicos Preliminares e no Termo de Referência integrante deste instrumento, nos termos exigidos na Lei n.º 14.133/2021.

2.2. O objeto a ser contratado enquadra-se na classificação de serviços comuns de engenharia, nos termos do art. 6º, alínea a do inciso XXI da Lei n.º 14.133/2021.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO

2.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo “serviço de luxo”, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

2.4. A contratação será dividida em dois lotes, conforme descrito a seguir:

Item 01 – Manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de geração fotovoltaica das unidades do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região – LOTE CAPITAL.

Item 02 – Manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de geração fotovoltaica das unidades do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região – LOTE INTERIOR.

2.4.1 – LOTE 01 (CAPITAL)

Item	Unidade	Endereço	Descrição do Sistema
01 (Lote Capital)	Edifício-Sede – Fórum Clóvis dos Santos Lima	Rua Corálio Soares, s/nº, João Pessoa-PB, CEP: 58013-260 - Tel. (83) 3533-6000	107 Painéis 550W; 86 Painéis 600W; 2 Inversores 15kW; 2 Inversores 20kW; 1 Inversor 25kW.
	Fórum Maximiano Figueiredo	Rua Aviador Mário Vieira de Melo, 1.440, João Agripino, João Pessoa-PB, CEP: 58.034-045 Tel. (83) 3533-6300	196 Painéis 550W; 3 Inversores 36kW.
	Fórum José Carlos Arcoverde Nóbrega	Av. Virgínia V Borges, s/nº Alto da Cosibra - Santa Rita-PB, CEP: 58.300-270 Tel. (83) 3533-6260	286 Painéis 375W; 96 Painéis 600W; 1 Inversor 15kW; 3 Inversores 20kW; 3 Inversores 25kW.
	Coordenadoria de Material e Patrimônio	Av. Marechal Deodoro da Fonseca, 150, Centro, João Pessoa-PB, CEP: 58040-908 - Tel. (83) 3533-6188	55 Painéis 550W; 54 Painéis 600W; 2 Inversores 25kW.
	Coordenação de Gestão Documental e Memória	R. Monsenhor Walfredo Leal, 62, Tambiá - João Pessoa-PB, CEP: 58020-540 Tel. (83) 3533-6183	166 Painéis 360Wp; 1 Inversor 15kW; 1 Inversor 50kW.
	CIJUS – Centro Integrado da Justiça Social	Av. D. Pedro I, 247, Centro, João Pessoa-PB, CEP: 58020-514 - Tel. (83) 3533-6193	67 Painéis 600W; 2 Inversores 15kW.

Tabela 01: Localização dos Edifícios e Descrição dos Sistemas do Lote 01



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO

2.4.2 – LOTE 02 (INTERIOR)

Item	Unidade	Endereço	Descrição do Sistema
02 (Lote Interior)	Fórum Irineu Joffily	Rua Edgard Vilarim Meira, 585, Estação Velha – Campina Grande-PB, CEP: 58.105-213 - Tel. (83) 3533-6200	101 Painéis 550Wp; 1 Inversor 30kW; 1 Inversor 15kW.
	Vara do Trabalho de Patos	Praça Bivar Olintho, s/nº, Bairro Brasília, Patos-PB, CEP: 58700-590 - Tel. (83) 3533-6274	72 Painéis 360Wp; 2 Inversores 15kW.
	Vara do Trabalho de Sousa	R. José Facundo de Lira, 30, Gato Preto, Sousa-PB, CEP: 58802-180 - Tel. (83) 3533-6280	68 Painéis 360Wp; 1 Inversor 25kW.
	Vara do Trabalho de Catolé do Rocha	R. Dep. Américo Maia, lotes 08 e 09, Catolé do Rocha-PB, CEP: 58884-000 - Tel. (83) 3533-6250	90 Painéis 570Wp; 2 Inversores 25kW.
	Vara do Trabalho de Itaporanga	R. Dep. Balduino Carvalho, 71, Centro – Itaporanga-PB, CEP: 58780-000 - Tel. (83) 3533-6290	87 Painéis 570Wp; 2 Inversores 25kW.

Tabela 02: Localização dos Edifícios e Descrição dos Sistemas do Lote 02

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS
--

3.1. Manutenção:

3.1.1. Manutenção preventiva: Ocorrerá anualmente e tem por objetivo evitar a ocorrência de defeitos em todos os componentes dos sistemas, conservando-os dentro dos padrões de segurança e em perfeito estado de funcionamento.

3.1.1.1. As manutenções preventivas deverão ser realizadas em dia e horário combinados com a CONTRATADA e com anuência da FISCALIZAÇÃO, devendo ser iniciadas após as 8h00 e finalizadas antes das 14h00. Poderá a fiscalização, em razão do serviço, fixar horário diverso para a realização dos serviços, desde que haja acordo entre as partes.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO**

3.1.1.2. A manutenção preventiva anual deverá prever, no mínimo, as seguintes rotinas:

- a) Inspeção visual dos módulos fotovoltaicos, verificando trincas, delaminações, pontos de aquecimento (hotspots), sujeira excessiva e sombreamento;
- b) Limpeza dos módulos fotovoltaicos com técnicas e produtos adequados, visando garantir a máxima eficiência energética;
- c) Verificação da integridade das estruturas de fixação, suportes e parafusos, incluindo reaperto quando necessário;
- d) Inspeção do estado de conservação dos cabos elétricos CC e CA, verificando isolamento, fixação e possíveis danos mecânicos;
- e) Verificação e reaperto das conexões elétricas em conectores MC4 ou equivalentes;
- f) Inspeção das stringboxes (quadros de proteção CC), incluindo verificação de fusíveis, DPS, disjuntores e barramentos;
- g) Inspeção dos quadros elétricos em corrente alternada (CA), incluindo disjuntores, DPS e demais dispositivos de proteção;
- h) Verificação do funcionamento dos inversores, incluindo análise de parâmetros elétricos, alarmes e registros de falhas;
- i) Limpeza externa dos inversores e verificação do sistema de ventilação e dissipação térmica;
- j) Verificação de aterramento e equipotencialização do sistema;
- k) Medição de grandezas elétricas (tensão, corrente, potência e eficiência), comparando com parâmetros esperados de desempenho;
- l) Identificação de perdas de desempenho e análise de possíveis causas;
- m) Verificação de ruídos, vibrações e aquecimento anormal nos equipamentos;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO

n) Avaliação geral das condições operacionais do sistema fotovoltaico.

3.1.2. Manutenção corretiva: Ocorrerá eventualmente, sob demanda, após abertura de chamado de manutenção ou verificação durante a manutenção preventiva. Tem por objetivo o restabelecimento dos componentes dos sistemas às condições ideais de funcionamento, eliminando defeitos mediante a execução de regulagens, ajustes mecânicos e eletrônicos, bem como substituição de peças, componentes e/ou acessórios que se apresentarem danificados, gastos ou defeituosos, incluindo reparos e pinturas.

3.1.2.1. Os chamados para manutenção corretiva poderão ser abertos por meio de contato telefônico, mensagem em aplicativo de mensagens ou e-mail.

3.1.2.2. Os custos de mão de obra e deslocamento para as manutenções corretivas são da CONTRATADA, sem ônus ao CONTRATANTE, de forma que o risco deste referido evento ocorrer deve estar inserido no preço global da proposta da CONTRATADA.

3.2. Relatório Técnico: A empresa deverá apresentar (sempre que houver manutenção preventiva ou corretiva) relatório técnico e fotográfico em meio digital, citando os serviços executados, os ensaios realizados e seus resultados, as anormalidades encontradas e sugerindo à Administração do TRT as providências necessárias.

3.3. Fornecimento de Materiais e Equipamentos:

3.3.1. A CONTRATADA deverá arcar, sem ônus para o CONTRATANTE, com o custo do fornecimento de peças, componentes e acessórios de reposição comuns à manutenção, como:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO

Minidisjuntores, DPS, Fusíveis, Conectores, Pequenas quantidades de Cabos, Fita Isolante, Produtos de Limpeza, Abraçadeiras, Arruelas, Parafuso e outros materiais de baixo custo, necessários para realização das manutenções.

3.3.2. A CONTRATADA deverá fornecer, sem ônus para o CONTRATANTE, todos os equipamentos, ferramentas, componentes, produtos, aparelhos de medições e testes indispensáveis à execução dos serviços solicitados, sejam eles definitivos ou temporários, assumindo toda a responsabilidade pelo transporte, carga, descarga, armazenagem e guarda dos mesmos.

3.3.3. A substituição de peças, equipamentos ou acessórios, mediante comprovação da necessidade, deverá ser feita pela CONTRATADA, cuja justificativa deverá ser assinada pelo executante ou pelo responsável técnico, este último a critério da fiscalização, e autorizada pelo gestor do contrato.

3.3.4. No caso de ser necessária a substituição de equipamentos (ex: Inversores, Módulos Fotovoltaicos), fora da garantia, a substituição deverá ser feita pela CONTRATADA, sendo os equipamentos fornecidos pela CONTRATANTE.

3.3.4.1. No caso de equipamentos na garantia, fica a CONTRATADA responsável pelo acionamento da empresa e pelo procedimento necessário para realizar a substituição/reparo do equipamento.

3.4. Requisitos de Segurança:

3.4.1. Todos os serviços deverão ser executados por trabalhadores que cumpram os requisitos e possuam treinamento das normas regulamentadoras NR10 e NR35, com documentação disponibilizada pela CONTRATADA.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO**

3.4.2. Os trabalhadores devem, a todo momento, utilizar os devidos EPI's e EPC's.

3.4.3. Os serviços devem ser acompanhados por um Eletrotécnico ou Engenheiro Eletricista.

3.5. Prazos:

3.5.1. As manutenções preventivas devem ocorrer anualmente (1 vez ao ano em cada unidade), com intervalo mínimo de 12 (doze) meses entre uma e outra, em datas marcadas com antecedência de, no mínimo, 15 (quinze) dias.

3.5.1.1. Antes da realização das manutenções preventivas, a CONTRATADA deverá enviar lista com os nomes, documentos de identificação, qualificação e treinamentos dos profissionais que realizarão a manutenção, com antecedência de 2 (dois) dias, no mínimo.

3.5.1.2. Após a realização das manutenções preventivas, a CONTRATADA deverá enviar relatório técnico no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

3.5.2. Na ocorrência de problemas técnicos nos sistemas de geração fotovoltaica (incluindo os quadros elétricos CA/CC) e/ou quando houver interrupção parcial/total da geração de energia elétrica do sistema, um técnico da CONTRATADA terá um prazo máximo de 3 (três) dias úteis para chegar ao local, contado a partir da abertura do chamado de manutenção corretiva.

3.5.2.1. Operações simples como verificação e operação de disjuntores poderão ser realizadas pela CONTRATANTE, com auxílio da CONTRATADA, se necessário.

3.5.2.2. Antes da realização das manutenções corretivas, a CONTRATADA deverá enviar lista com os nomes, documentos de



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO**

identificação, qualificação e treinamentos dos profissionais que realizarão a manutenção até 1 (um) dia antes da chegada ao local.

3.5.2.3. Após a realização das manutenções corretivas, a CONTRATADA deverá enviar relatório técnico no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

3.5.3. O descumprimento dos prazos estipulados neste contrato e no Termo de Referência resultará na aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovado pela Contratada e reconhecido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

4.1. Da vigência.

A contratação ocorrerá com **vigência de 12 (doze) meses**, a partir de sua assinatura, passível de prorrogação, respeitada a vigência máxima decenal, de acordo com o que estabelece o art. 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que:

4.1.1. Haja autorização formal da autoridade competente;

4.1.2. Os serviços tenham sido prestados regularmente;

4.1.3. A Administração mantenha interesse na realização do serviço;

4.1.4. O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração; e

4.1.5. A CONTRATADA manifeste expressamente interesse na prorrogação.

4.2. Da prorrogação



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO**

4.2.1. A prorrogação da vigência do Contrato será precedida de pesquisa para verificação das condições oferecidas pelo CONTRATADO e sua vantajosidade para este Tribunal.

4.2.2. A pelo menos 60 (sessenta) dias corridos do término da vigência do contrato, o CONTRATANTE expedirá comunicado à CONTRATADA para que esta se manifeste, dentro de 03 (três) dias contados do recebimento da consulta, sobre seu interesse na prorrogação do contrato.

4.2.3. Se positiva a resposta, o CONTRATANTE providenciará, no devido tempo, o respectivo Termo Aditivo.

4.2.4. A resposta da CONTRATADA terá caráter irretratável, portanto, esta não poderá, após se manifestar num ou noutro sentido, alegar arrependimento para reformular sua decisão.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Apresentar Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) registrada no CREA-PB, assinada pelo(s) responsável(is) pela execução dos serviços.

5.2. Realizar fielmente os serviços objeto deste Contrato, cumprindo todas as especificações técnicas constantes no Termo de Referência, anexos e edital de Licitação.

5.3. Não transferir a terceiro, no todo ou em parte, o objeto da presente contratação.

5.4. Assumir integral responsabilidade pela qualidade do serviço, bem como pelos danos decorrentes direta ou indiretamente de sua execução e recebimento.

5.5. Reapresentar, às suas expensas, o serviço contratado recusado pelo CONTRATANTE, em face do disposto no art. 119 da Lei nº 14.133/2021, na hipótese de apresentar imperfeição ou quaisquer outros vícios, ainda que constatados após o seu recebimento e/ou pagamento.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO

5.6. Manter atualizada, durante toda a execução do objeto do contrato, as condições e documentações apresentadas para habilitação e qualificação, devendo a CONTRATADA informar ao CONTRATANTE, imediata e formalmente, caso ocorra, a impossibilidade de renovação ou apresentação de qualquer desses documentos, justificando a ocorrência.

5.7. Comunicar ao CONTRATANTE as alterações que forem efetuadas em seu contrato social ou estatuto, endereço, correio eletrônico, telefone ou representante legal, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados da mudança.

5.8. Entregar os serviços constantes do Termo de Referência, respeitando as normas do INMETRO e/ou ABNT, e, ainda, cumprir as recomendações previstas no Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho, instituído pela Resolução do CSJT nº 310/2021, atualizado e revisado, na forma do Anexo do Ato CSJT.GP.SG.SEGGEST nº 71, de 10 de setembro de 2025, especificamente o constante no item 2. Contratação de Serviços:

2. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS

As contratações de serviços para a realização de tarefas executivas sob o regime de execução indireta devem observar os critérios e práticas de sustentabilidade.

Nos contratos para prestação de serviços, a Justiça do Trabalho deve:

- Promover o respeito à diversidade e à equidade, de forma a combater a discriminação que se baseie em preconceito e envolva distinção, exclusão e preferência que tenham o efeito de anular a igualdade de tratamento ou oportunidades;
- Contribuir para a erradicação do trabalho infantil e para proteger o adolescente do trabalho ilegal;
- Contribuir para a eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou compulsório; e
- Promover a saúde ocupacional e prevenir riscos e doenças relacionados ao trabalho.

A contratada deve comprovar, como condição prévia à assinatura do contrato e durante a vigência contratual, sob



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO

pena de rescisão contratual, o atendimento das seguintes condições:

- Possuir política de combate ao assédio sexual e outras formas de violência no trabalho, em observância ao disposto na Lei nº 14.611, de 03 de julho de 2023;
- Atender ao disposto na Convenção 190 da Organização Internacional do Trabalho sobre Violência e Assédio, promulgada por meio do Decreto nº 11.518, de 5 de abril de 2023;
- Comprovar a inexistência de trabalho infantil e formas de trabalho forçado ou compulsório, nos termos da Portaria MTb nº 2.120, de 16 de dezembro de 2022;
- Respeitar a liberdade sindical e de associação e o direito a negociação coletiva, nos termos da Constituição Federal e, no que aplicável, da Convenção 98 da OIT, promulgada pelo Decreto nº 49.944, de 27 de janeiro de 1961;
- Promover ações afirmativas relacionadas a raça, gênero, sexualidade e deficiência, adotando política prevista nas Convenções 100 e 111 da OIT, promulgadas pelos Decretos nº 41.721, de 25 de junho de 1957, e 62.150, de 19 de janeiro de 1968, respectivamente, e na Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, como ação afirmativa de empregabilidade, inclusão e cidadania, devendo comprovar periodicamente o cumprimento desta política.

5.9. Observar a previsão contida no art. 2.º, inc. V, da Resolução CNJ n.º 07/2005, alterada pela Resolução CNJ n.º 229/2016, que dispõe sobre a vedação nas contratações de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO

5.10. Observar a previsão contida no art. 5º, inc. IV, da Lei nº 12.846/2013, a qual dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira.

5.11. Realizar cadastro junto ao sistema SIGEO, por meio do link: <https://portal.sigeo.jt.jus.br/portal-externo/0>, para os fins estabelecidos na Instrução Normativa RFB nº 2.043/2021, no prazo de até 10 dias da assinatura do contrato.

5.12. Observar a política de prevenção e combate ao assédio do TRT 13ª Região (Resolução Administrativa 104/2022), bem como as prescrições da Resolução CNJ 351/2020.

5.12.1. A observância da política de que trata esta subcláusula visa à promoção de relações saudáveis de trabalho, prevenção e mitigação de riscos de práticas abusivas e discriminatórias, enfrentamento da discriminação, assédio moral e sexual no trabalho, bem como do respeito à diversidade e outros temas correlatos.

5.13. Adotar, durante toda a execução contratual, práticas de sustentabilidade ambiental, social e econômica, nos termos da Resolução CNJ nº 400/2021, alterada pela Resolução CNJ nº 641 de 2025, e da Lei nº 14.133/2021.

5.14. Observar os regramentos dispostos no Ato TRT13.SGP n.º 121, de 30 de junho de 2025 – Institui o Código de Conduta para Fornecedores de Bens e de Serviços do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, cujo acesso poderá ocorrer através do link <https://normasinternas.trt13.jus.br/xmlui/handle/bdtrt7/128291>.

5.15. Providenciar o registro do Contrato no CREA/PB, observado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de assinatura do mesmo, apresentando ao CONTRATANTE neste mesmo prazo, uma via da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO**

5.16. Responsabilizar-se pelos trâmites e ônus para a aprovação dos projetos junto aos órgãos oficiais e concessionárias de serviço.

5.17. Corrigir, sem custo adicional para o CONTRATANTE, as inadequações apontadas pela fiscalização e pelos órgãos oficiais e concessionárias de serviço.

5.18. Manter os seus empregados devidamente uniformizados e identificados, quando em trabalho, devendo substituir, imediatamente, todo e qualquer de seus empregados ou prepostos que sejam inconvenientes à boa ordem ou às normas disciplinares do CONTRATANTE.

5.19. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependências do CONTRATANTE.

5.20. Assumir a responsabilidade por quaisquer danos ou prejuízos causados ao CONTRATANTE por seus empregados ou prepostos, respondendo pelas despesas decorrentes dos reparos ou reposição, desde que se comprove a culpabilidade deles.

5.21. Assumir responsabilidade pelos prejuízos causados aos equipamentos e instalações, em decorrência de defeitos provenientes de operação imprópria e/ou mau uso de sua parte e, negligência de seus funcionários ou prepostos.

5.22. Usar somente instrumentos e ferramentas recomendadas pelo fabricante dos equipamentos nas instalações do CONTRATANTE.

5.23. Manter na Fiscalização do Contrato uma relação nominal, sempre atualizada, dos seus empregados e prepostos que executarão os serviços de que trata o Objeto do Termo de Contrato.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO

5.24. Supervisionar a prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva realizada pelos seus funcionários.

5.25. Ter à disposição um departamento técnico capacitado, com conhecimentos comprovados em serviços correlatos ao ora contratado.

5.26. Executar, às suas expensas, pequenos reparos de recomposição de pisos, paredes, tetos, lajes, forros, etc., que sofrerem quaisquer tipos de avarias ou de rupturas, em consequência de reparos que se fizerem necessários no cumprimento das obrigações objeto do Contrato, deixando-os em perfeitas condições, ou seja, conforme se encontravam antes de apresentarem problemas.

5.27. Observar, na execução dos serviços e nos materiais a serem utilizados, as leis, os regulamentos, as posturas, inclusive de segurança pública, o código civil e as melhores normas técnicas específicas.

5.28. Cumprir e fazer cumprir todas as Normas Regulamentadoras relativas à Segurança e Medicina do Trabalho, inclusive fornecer, treinar e tornar obrigatório o uso de equipamentos de proteção individual (EPI) para seus empregados.

5.29. Realizar a manutenção corretiva nos equipamentos dos sistemas discriminados no objeto licitado, quando necessário, eliminando defeitos existentes, quaisquer que sejam os fatores causadores, inclusive defeitos ou avarias provocadas por ação de terceiros.

5.30. Comunicar à fiscalização do CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade, tão logo verificada, durante a execução dos serviços.

5.31. Entregar as peças substituídas à fiscalização do CONTRATANTE.

5.32. Fornecer ao CONTRATANTE relatórios de manutenção, sempre que houver manutenções preventivas ou corretivas, detalhando os defeitos e ocorrências verificados por ocasião das manutenções, inclusive



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO

relacionando as peças eventualmente substituídas e serviços episódicos realizados.

5.33. Manter em seu quadro técnico pelo menos 01 (um) profissional graduado em Engenharia Elétrica ou outro profissional de formação equivalente de nível superior, cuja formação seja aceita pelo Sistema CREA/CONFEA ou qualquer outro Conselho de Classe, ou ainda Eletrotécnico ou outro profissional de formação equivalente cuja formação seja aceita pelo Conselho Federal de Técnicos Industriais (CFT) para se responsabilizar pela execução dos serviços elétricos.

5.34. No caso de impossibilidade de solução imediata de algum problema apresentado, devidamente justificada, apresentar ao CONTRATANTE uma proposta para pôr em condições de uso normal em tempo mínimo, ficando os custos de mão de obra por conta da CONTRATADA.

5.35. Executar os serviços de manutenção tanto durante o horário normal de expediente do Órgão, como fora desse horário, incluindo fins de semana e feriados, de acordo com a conveniência do CONTRATANTE ou da ocorrência de anormalidades, devendo combinar previamente com o CONTRATANTE sobre o horário das manutenções preventivas, visando causar o mínimo transtorno à condução dos trabalhos normais desta Corte Trabalhista.

5.36. Fornecer todo o ferramental necessário à perfeita execução dos serviços, incluindo instrumentos de medição, ferramentas, escadas, materiais de limpeza e o que for necessário à execução dos serviços de manutenção.

5.37. Submeter-se ao horário de trabalho determinado pela Administração do CONTRATANTE, atendendo imediatamente à ordem de suspensão dos serviços, quando, por conta de ruídos, poeiras, odores ou outras causas, esses perturbarem o andamento normal dos trabalhos desenvolvidos nesta Corte.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO

5.38. Observar rigorosamente, durante a execução dos serviços de manutenção, os procedimentos de segurança prescritos na Norma Regulamentadora nº 10 (NR-10) – Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade e na NR-35 – Trabalho em Altura, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

5.39. Apresentar à fiscalização os atestados que comprovem a participação em cursos de NR-10 básico e NR-35 dos seus funcionários diretamente envolvidos nos serviços de manutenção, dentro da validade dos mesmos.

NOTA: Esta última exigência deverá ser observada quando do recebimento da Ordem de Serviço e sempre que houver substituição do quadro de técnicos da empresa envolvidos com os serviços contratados.

5.40. Fornecer, sem ônus para o CONTRATANTE, os insumos previstos no item 3.4.4.1 do Termo de Referência.

5.41. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, indicando o nome de seu preposto e respectivo substituto (até o 5º dia de execução do contrato) com competência para manter entendimentos e receber ou transmitir comunicações à fiscalização, que serão responsáveis pelo recebimento das demandas encaminhadas (art. 118 da Lei nº 14.133/2021).

5.42. Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.43. A CONTRATADA se obriga a não empregar menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, conforme disposto no art. 68, VI, da Lei nº 14.133/2021.

5.44. A CONTRATADA deverá observar, no que couber, a exigência prevista no art. 93 da Lei nº 8.213/1991, quanto ao preenchimento de parte do quadro de funcionários das empresas com pessoas com deficiência, e a RECOMENDAÇÃO CSJT nº 24, de 21 março de 2022, para a inclusão no mercado de trabalho também das pessoas com Síndrome de Down, nas atividades que lhes sejam



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO**

compatíveis, como ação afirmativa de empregabilidade, inclusão e cidadania, devendo comprovar periodicamente o cumprimento desta política.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1. Emitir a Nota de Empenho da Despesa.

6.2. Receber o objeto contratado entregue de acordo com as especificações técnicas constantes do Termo de Referência e proposta apresentada, provisória e definitivamente, após verificação minuciosa da conformidade das funcionalidades com tais especificações.

6.3. O Contratante designará, por ato formal, servidores da Coordenadoria de Arquitetura, Engenharia, Manutenção, Conservação e Limpeza (CAEMA), para acompanhamento e fiscalização da prestação dos serviços denominados Fiscais e Gestores de Contrato, titulares e substitutos, responsáveis pela análise da conformidade do serviço entregue, o qual deverá estar de acordo com os encargos previstos no Termo de Referência.

6.4. Fornecer ou colocar à disposição da contratada todos os elementos e informações necessários ao fornecimento dos serviços.

6.5. Efetuar o pagamento à Contratada, conforme condição estabelecida na Cláusula Décima deste contrato.

6.6. Observar para que, durante a vigência contratual, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para contratação, bem como sua compatibilidade com as obrigações assumidas.

6.7. Sustar o recebimento do objeto contratado na hipótese de estar em desacordo com o especificado ou por outro motivo que justifique a medida.

6.8. A fiscalização de que trata o subitem anterior não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada ou o acompanhamento pelo contratante,



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO**

pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, conforme previsão legal estabelecida pelo art. 120 da Lei n.º 14.133/2021.

6.9. Emitir pareceres no processo administrativo relativo à presente contratação, especialmente quanto à aplicação de penalidades e alterações contratuais.

6.10. Caberá ao responsável pelo recebimento definitivo – Coordenadoria de Arquitetura, Engenharia, Manutenção, Conservação e Limpeza (CAEMA), impulsionar tal processo administrativo, através de relatório que indique as falhas ocorridas e as penalidades a serem aplicadas.

6.11. Notificar, por escrito, a Contratada acerca da ocorrência de eventuais imperfeições no serviço executado, bem como para reapresentá-lo, conforme especificado na Cláusula Terceira deste contrato.

6.12. Previamente à emissão da Nota de Empenho da Despesa, caberá à Secretaria de Orçamento e Finanças – SOF a realização de consulta ao Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, emitindo os resultados respectivos, a fim de evitar a contratação de empresas que tenham sofrido penalidades que obstem a celebração da contratação pretendida, conforme previsão estabelecida pela Lei no 12.846/2013.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

7.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, e serão exercidos por servidor especialmente designado, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO**

7.2. Não obstante a CONTRATADA ser única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços objeto deste contrato, o CONTRATANTE se reserva no direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização dos trabalhos realizados, sem que isto implique restrição à responsabilidade da CONTRATADA.

7.3. A ação de fiscalização não reduzirá a total responsabilidade da CONTRATADA por eventuais erros ou omissões das quais decorram prejuízos a este Tribunal ou a terceiros, ainda que resultante de imperfeições técnicas e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o art. 120 da Lei n.º 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas oriundas deste contrato correrão à conta dos recursos consignados ao CONTRATANTE no Orçamento Geral da União, Programa de Trabalho Resumido 251090, Natureza de Despesa 339039, tendo sido emitida Nota de Empenho n.º 2026NE000XXX.

CLÁUSULA NONA – DO PREÇO

9.1. O valor total deste contrato é de R\$ _____
(_____), conforme discriminado abaixo:

Item	Descrição	Qtd	Und	Valor Unitário (R\$)
01	Manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de geração fotovoltaica das unidades do Tribunal Regional do trabalho da 13ª Região – LOTE CAPITAL	01	ANO	



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO**

02	Manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de geração fotovoltaica das unidades do Tribunal Regional do trabalho da 13ª Região – LOTE INTERIOR	01	ANO	
----	--	----	-----	--

9.2. Nos valores acima, estão incluídas todas as despesas necessárias à consecução do objeto contratado, inclusive o pagamento de impostos, tarifas, taxas, salários, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e demais despesas incidentes sobre sua execução.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

10.1. A execução do objeto se dará com as manutenções preventivas periódicas e as manutenções corretivas sob demanda, com rotinas, periodicidades e prazos definidos no item 3.4 – Especificações Técnicas.

10.2. A execução se dará nos locais indicados nos itens 3.2.1 (para o lote 01) e 3.2.2 (para o lote 02).

10.3. O objeto contratado deverá ser entregue dentro das especificações estabelecidas no Termo de Referência, sendo que a inobservância desta condição implicará recusa formal, com aplicação das penalidades previstas.

10.4. O serviço entregue fica sujeito à reexecução, desde que comprovada a inconsistência com o que foi especificado no Termo de Referência.

10.5. A reexecução do serviço em desconformidade com o Termo de Referência deverá ocorrer no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis** a contar da notificação expedida pela Coordenadoria de Arquitetura, Engenharia, Manutenção, Conservação e Limpeza (CAEMA) à empresa sobre a recusa dos serviços. Esgotado esse prazo, a empresa será considerada em atraso e sujeita às penalidades cabíveis.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO

10.6. Na forma do disposto no art. 140, I, da Lei n.º 14.133/2021, o objeto será recebido:

a) **Provisoriamente**, em até 5 (cinco) dias após o fim de cada trimestre de prestação de serviço, mediante termo circunstanciado do GESTOR(A) DO CONTRATO, emitido com base nas observações feitas ao longo do acompanhamento e fiscalização da atividade durante o período (art. 140, I, “a” da Lei n.º 14.133/2021), desde que não haja pendências técnicas identificadas.

b) **Definitivamente**, em até 10 (dez) dias úteis do recebimento provisório, pelo GESTOR(A) DO CONTRATO (art. 140, I, “b” da Lei n.º 14.133/2021).

10.7. Caso se verifique que não houve o fiel cumprimento das condições e especificações estabelecidas no Termo de Referência, o objeto não será recebido de forma definitiva, situação na qual os problemas indicados devem ser solucionados no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados da notificação, quando será feita nova conferência.

10.8. O período entre os recebimentos provisório e definitivo não suspende, para caracterização de mora, o prazo previsto inicialmente para a entrega, quando a responsabilidade pelo atraso no recebimento se der por culpa da contratada.

10.9. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade penal e civil da contratada pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites legais e contratuais estabelecidos.

10.10. Identificados vícios de qualidade ou de quantidade no serviço contratado, observar-se-á o disposto na Lei n.º 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

10.11. Por se tratar de serviço durável, o contratante terá o prazo de 90 (noventa) dias para reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação, contados do recebimento definitivo do serviço. Tratando-se de



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO**

vício oculto, o prazo decadencial inicia-se no momento em que ficar evidenciado o defeito.

10.12. Se o defeito for de fabricação do produto, o fornecedor tem 30 (trinta) dias para corrigi-lo ou saná-lo.

10.13. Não sendo o vício sanado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, poderá o contratante exigir alternativamente e à sua escolha:

a) a substituição do serviço por outro da mesma espécie.

b) a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PAGAMENTO
--

11.1. Critério de Medição por Unidade de Edificação:

11.1.1. A medição dos serviços será realizada trimestralmente, por unidade de edificação efetivamente atendida, observando-se a proporcionalidade em relação ao total de edificações previstas em cada lote.

11.1.2. Os pagamentos serão realizados de forma proporcional às edificações nas quais tenham sido efetivamente executadas as manutenções preventivas, mediante atesto da fiscalização.

11.1.3. Para fins de pagamento:

11.1.3.1. Lote 1: composto por 6 (seis) edificações, sendo cada unidade correspondente a 1/6 (um sexto) do valor total do contrato do lote;

11.1.3.2. Lote 2: composto por 5 (cinco) edificações, sendo cada unidade correspondente a 1/5 (um quinto) do valor total do contrato do lote.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO

11.2. O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, até o 10º (décimo) dia útil, após a entrada da Nota Fiscal/Fatura, sua conferência e o devido “atesto” pelo Gestor do Contrato, mediante Ordem Bancária emitida em nome da CONTRATADA e creditada em sua conta-corrente, que deverá estar especificada no corpo da referida Nota Fiscal/Fatura, ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas em código de barras, se for o caso.

11.2.1. O pagamento, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, será realizado desde que a Contratada efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

11.3. A Secretaria de Orçamento e Finanças – SOF verificará a regularidade fiscal da CONTRATADA quanto à Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos e à Dívida Ativa da União, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, Certidão Negativa de Débitos com o INSS, Certificado de Regularidade de Situação do FGTS.

11.4. Caso a Nota Fiscal/Fatura seja apresentada com erro, será devolvida para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado no item 11.2 os dias que se passarem entre a data da devolução e a reapresentação.

11.5. Observar-se-á se o CNPJ apresentado na nota fiscal é o mesmo constante dos documentos habilitatórios e proposta apresentada. Caso a CONTRATADA opte por efetuar o faturamento por meio de CNPJ (matriz ou filial) distinto do constante do contrato, deverá comprovar a regularidade fiscal tanto do estabelecimento contratado como do estabelecimento que efetivamente executar o objeto, por ocasião dos pagamentos ou das prorrogações contratuais.

11.6. Será efetuada pelo Contratante a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencados na legislação em vigor, tais como IR, CSLL, COFINS e PIS/PASEP.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO

11.6.1. A retenção dos tributos informada no item anterior não será efetuada caso a CONTRATADA apresente junto à Nota Fiscal/Fatura a comprovação de que a mesma é optante do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES.

11.7. Não será efetuado qualquer pagamento à Contratada enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de inadimplência contratual. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou atualização monetária.

11.8. Será de inteira e única responsabilidade da contratada o recolhimento do ISS referente aos serviços junto ao órgão arrecadador do Município.

11.9. Quando da ocorrência de eventual atraso de pagamento provocado exclusivamente pela Administração do CONTRATANTE, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$I = TX/100/365$ e $EM = I \times N \times VP$

Onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO**

11.10. O pagamento de quaisquer despesas somente poderá ser efetuado aos fornecedores de bens e serviços do TRT13 que estiverem cadastrados e enviarem as notas fiscais e certidões de regularidade fiscal/trabalhista no sistema SIGEO, sendo obrigação da Contratada efetuar o cadastro no referido sistema, no prazo de até 10 (dez) dias da assinatura do contrato, conforme estabelecida na subcláusula 5.12.

11.10.1. A contratada deverá enviar, até o quinto dia útil contado da entrega do objeto, notas fiscais e certidões de regularidade fiscal/trabalhista, por meio do sistema SIGEO.

11.10.2. Para fins de cumprimento da obrigação acima disposta, a CONTRATADA deverá utilizar o sistema adotado no município onde é domiciliada, cabendo, em caso de impossibilidade ou de ausência de inscrição municipal, utilizar o link: <https://www.gov.br/nfse/pt-br> .

11.11. O Contratado que der ensejo ao atraso no envio das informações à Receita Federal pelo Tribunal, em virtude de não cumprir as obrigações relativas ao cadastro e envio de documentos, na forma deste contrato, será responsabilizado por eventuais multas administrativas que vierem a ser aplicadas pela Receita Federal do Brasil.

11.12. A CONTRATADA, pessoa física ou jurídica que, residente ou domiciliada no País ou no exterior, realizar operações com bens ou com serviços, inclusive exportações e importações, deverá emitir documento fiscal eletrônico, para os fins estabelecidos na Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
--

12.1. O contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

a) Dar causa à inexecução parcial do contrato;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO

- b) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Dar causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem 12.1 deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- c) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem 12.1 deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave;
- d) **Multa**:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO

(1) Moratória de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

a. O atraso superior a 15 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

(2) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 25% a 30% do valor do Contrato;

(3) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 25% a 30% do valor do Contrato;

(4) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 20% a 25% do valor do Contrato;

(5) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 10% a 15% do valor do Contrato;

(6) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato.

12.3. A aplicação das sanções previstas no Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

12.4. Todas as sanções previstas no Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO

12.5. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.7. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

12.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO**

de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

12.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

12.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.12. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS
--

13.1. Da penalidade aplicada caberá recurso ou pedido de reconsideração, conforme o caso, por escrito, nos termos dos arts. 166 e 167 da Lei n.º 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

14.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO**

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA GESTÃO CONTRATUAL

15.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, cabendo cada parte responder pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

15.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO
CONTRATUAL**

16.1. A inexecução total ou parcial da contratação celebrada enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as penalidades previstas em Lei ou Regulamento, de acordo com os artigos 137 a 139 da Lei n.º 14.133/2021.

16.1.1. As penalidades aplicáveis não elidem outras sanções previstas neste contrato.

16.2. A rescisão desta contratação dar-se-á nos termos do art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

16.3. No procedimento que visa à rescisão do contrato, será assegurado à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa, para que possa se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de a CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO**

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO REAJUSTE E DAS ALTERAÇÕES

17.1. O objeto do Contrato oriundo da licitação proveniente deste instrumento poderá ser alterado nos casos previstos no artigo 124 da Lei nº 14.133/2021, sempre através de Termo Aditivo, nas mesmas condições contratuais, inclusive para acréscimos e/ou supressões dos serviços até o limite legal.

17.2. Os valores contratados poderão ser reajustados **a cada 12 meses**, com base na variação acumulada do **IPCA**. O prazo para o primeiro reajuste será contado a partir da data do orçamento estimado. Para os reajustes seguintes, o intervalo de 12 meses contará a partir do início dos efeitos financeiros do ajuste anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

18.1. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia deste contrato e de seus aditamentos, se houver, e deverá ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias úteis, contados da data de sua assinatura, nos termos dos artigos 91 e 94 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS COMUNICAÇÕES

19.1. As comunicações entre as partes contratantes dar-se-ão por meio dos e-mails institucionais do TRT13 e da empresa. Desta, o endereço eletrônico será aquele informado por ocasião da contratação. Por meio desse canal, a



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO**

simples comunicação no corpo do e-mail se constitui como comunicação oficial e, claro, ofícios ou notificações anexas também.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA VINCULAÇÃO

20.1. Este Contrato está plenamente vinculado ao disposto no Edital do Pregão Eletrônico TRT nº 900XX/2026, e demais documentos anexos.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA PROTEÇÃO DE DADOS
PESSOAIS**

21.1. As Partes, seus servidores/empregados e seus subcontratados se obrigam a adotar, no tratamento de dados pessoais como Operadora ou Controladora, as medidas de segurança técnicas, jurídicas e administrativas aptas a proteger tais dados de acessos não autorizados ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, observando-se os padrões mínimos definidos pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados, respeitando os princípios da finalidade, adequação, transparência, livre acesso, segurança, prevenção e não discriminação, bem como garantir a confidencialidade dos dados coletados, em conformidade com o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei nº 13.709/2018) e em estrita observância aos termos da Política de Segurança da Comunicação e Comunicações, da Política de Proteção de Dados Pessoais e demais normativos pertinentes aprovados pelo TRT13 e publicados no site da instituição.

21.2. Os dados pessoais não poderão ser revelados a terceiros, copiados, modificados ou removidos sem autorização prévia da Parte “Controladora” dos dados, bem como não poderão ser utilizados para qualquer finalidade além da execução deste instrumento.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO

21.3. Cada Parte deverá limitar o acesso às informações a seus colaboradores, a quem este acesso seja obrigatoriamente necessário ou apropriado para que a execução do presente ajuste ocorra de forma adequada.

21.4. O dever de confidencialidade abrange todas as informações recebidas pelas Partes, de forma oral ou escrita, através de diversos procedimentos de comunicação, tais como telefone e mídias digitais, em decorrência do sigilo a elas inerentes.

21.5. As Partes não poderão colocar a outra em situação de violação da LGPD. A não observância de qualquer das disposições estabelecidas nesta Cláusula sujeitará a Parte infratora aos procedimentos judiciais competentes, de ordem civil e criminal.

21.6. Eventuais dados coletados serão arquivados somente pelo tempo necessário para a execução deste instrumento. Ao seu fim, os dados coletados serão permanentemente eliminados, excetuando-se os que se enquadrarem no disposto no artigo 16, I da LGPD ou por interesse público.

21.7. As obrigações constantes no parágrafo anterior não se aplicarão a qualquer informação que deva ser revelada em razão de interesse público ou por ordem judicial, nos limites de tal ordem.

21.8. A obrigação de confidencialidade é em caráter irrevogável e irretratável, devendo ser observada mesmo após o encerramento do presente ajuste.

21.9. Quando houver tratamento de dados de menores, a Parte deverá providenciar a coleta de consentimento específico de, pelo menos, um dos pais ou do responsável legal.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO**

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1. Integram este Contrato, independentemente de transcrição, o Edital do Pregão Eletrônico TRT nº 900XX/2026, o Termo de Referência (PROAD 837/2026) e a proposta da CONTRATADA.

22.2. Este contrato poderá ser alterado nas hipóteses previstas no art. 124 da Lei nº 14.133/2021, sempre por meio de Termo Aditivo.

22.3. O regime jurídico deste Contrato confere à Administração as prerrogativas previstas nos arts. 104 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

22.4. Para assegurar rápida solução às questões geradas em face da perfeita execução deste contrato, a CONTRATADA fica desde já compelida a avisar, por escrito e de imediato, qualquer alteração em seu endereço ou telefone.

22.5. No curso do contrato, é admitida a fusão, cisão ou incorporação da empresa, bem assim sua alteração social, modificação da finalidade ou da estrutura, desde que não prejudique a execução do contrato, cabendo à Administração decidir pelo prosseguimento ou rescisão do contrato.

22.6. Quaisquer tolerâncias entre as partes não importarão em novação de qualquer uma das cláusulas ou condições estatuídas neste contrato, as quais permanecerão íntegras.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DO FORO

23.1. Fica eleito o foro da Justiça Federal, na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO**

E, assim, por estarem ajustados e acordados, as partes assinam o presente Contrato, em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito jurídico.

Considera-se assinado e datado este instrumento a partir da última assinatura aposta.

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.ª REGIÃO
ALEXANDRE GONDIM GUEDES PEREIRA**
Diretor-Geral

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATADA